



FACULDADE RATIO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

LOURENÇO LIONZO

**VULNERABILIDADE SOCIAL & VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE
CRÍTICA DIALÉTICA DA VIOLÊNCIA ENTRE OS JOVENS NO
BAIRRO BARROSO EM FORTALEZA - CE.**

FORTALEZA

2015

LOURENÇO LIONZO

**VULNERABILIDADE SOCIAL & VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE
CRÍTICA DIALÉTICA DA VIOLÊNCIA ENTRE OS JOVENS NO
BAIRRO BARROSO EM FORTALEZA - CE.**

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade Ratio, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientação: Prof.^a Ms.^a Kelly Maria Gomes
Menezes

FORTALEZA

2015

L763v Lionzo, Lourenço.

Vulnerabilidade Social & Violência: uma análise crítica dialética da violência entre os jovens no bairro Barroso em Fortaleza-Ce. / Lourenço Lionzo. Fortaleza, 2015.
77 fls. Enc.

Orientador(a): Profa. Msa. Kelly Maria Gomes Menezes
Monografia (Graduação) – Faculdade Ratio, Curso
Serviço Social.

1. Violência 2. Vulnerabilidade Social 3. Risco Social
I. Profa. Msa. Kelly Maria Gomes Menezes II. Faculdade
Ratio, Graduação em Serviço Social III. Título

CDD 361
CDU 364

LOURENÇO LIONZO

**VULNERABILIDADE SOCIAL & VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE
CRÍTICA DIALÉTICA DA VIOLÊNCIA ENTRE OS JOVENS NO
BAIRRO BARROSO EM FORTALEZA - CE.**

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade Ratio, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Ms.^a Kelly Maria Gomes Menezes
Faculdade Ratio

Prof.^a Dr.^a Lucili Granjeiro Cortez
Faculdade Ratio

Prof.^a Ms.^a Lúcia de Fátima Rocha Bezerra Maia
Faculdade Ratio

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à orientadora Kelly Maria Gomes Menezes que me apoiou nessa caminhada;

Agradeço a Prof.^a Ms.^a Lúcia de Fátima Rocha Bezerra Maia por ter aceito participar da banca examinadora.

Agradeço a Prof.^a Dr.^a Lucili Grangeiro Cortez, que me acompanhou neste percurso por meio do Núcleo de Pesquisa Sociedade e Trabalho, do qual fiz parte.

Agradeço a todos os indivíduos do Bairro Barroso e em especial a todos da Associação Comunitária Sol da Manhã;

Agradeço a todos que estiveram comigo neste percurso, seja de forma direta ou indireta.

“Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, mas sob aquelas circunstâncias com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

KARL MARX (1987)

RESUMO

A sociedade teve sua origem da necessidade do ser humano trabalhar coletivamente para sobreviver, quando se forjou a base de suas relações sociais. Dessa forma, não é possível levantar a questão da violência que se enraíza em todas as camadas sociais de forma isolada, dissociada das relações sociais e de todo o processo histórico metamórfico que a envolve. O fenômeno violência, algo tão discutido em nossa sociedade contemporânea devido às mazelas sociais que o mesmo provoca, ao materializar-se, traz à luz da discussão sua origem. Assim sendo, a violência foi analisada dentro da perspectiva da construção da sociedade dada pela necessidade do ser humano trabalhar coletivamente para sobreviver, construindo assim a base de suas relações sociais. Portanto, o fenômeno violência não é algo estático, ou intrínseco, pois ao longo da história esse se expressa acarretado de significações oriundas do processo metamórfico ocorrido nas relações sociais, resultantes das mudanças na divisão do trabalho, assim como na apropriação do fruto desse trabalho. Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pretendeu, em seu objetivo, analisar a possível existência de uma relação entre a vulnerabilidade social e o fenômeno violência, materializada nos homicídios, entre os jovens do Bairro Barroso no município de Fortaleza, Ceará, a partir da visão de seus familiares, entre os anos de 2012 e 2013. A metodologia utilizada foi descritiva com abordagem quali-quantitativa, onde foram entrevistadas 5 famílias que tiveram jovens assassinados, portanto, vítimas da violência em seu maior grau (homicídio), associadas à Associação Sol da Manhã do Bairro Barroso de Fortaleza/Ceará, nos referidos anos. Quanto ao referencial teórico, o mesmo traz à luz da discussão a postura adotada pelo modelo neoliberal e o modelo crítico dialético que se opõem ao mesmo. Após a referida discussão teórica, foi feita a análise dos dados coletados na pesquisa de campo na Associação Sol da Manhã no Bairro Barroso com as mulheres responsáveis pela família, onde foi correlacionado a teoria com a análise dos dados coletados da pesquisa. Por fim, constatamos que, a relação entre violência (homicídios) e a vulnerabilidade social, vai muito além dos pressupostos defendidos pelo modelo neoliberal, quais sejam: à carência e má qualidade da educação e da segurança pública. Verificamos que o fenômeno violência entre os jovens assassinados está relacionado a uma sobreposição de carências ligadas às políticas públicas, como à disposição de equipamentos sociais e as condições de habitação. Onde tais fatores se materializaram em relações de exclusão social, como as péssimas condições de habitação, na má qualidade da educação, no desemprego, nos estigmas, na insegurança e na inacessibilidade ao lazer, direcionando-os, ao tráfico de drogas, seja de forma direta ou indireta o que inevitavelmente os levou a se confrontarem com a violência.

Palavras-Chave: Violência; Vulnerabilidade Social e Risco Social; Jovens.

ABSTRACT

The company originated from the human need to work collectively to survive when it forged the basis of their social relations. Thus, you can not raise the issue of violence takes root in all walks of life in isolation, separate from social relationships and all the metamorphic historical process that involves. The phenomenon violence, something as discussed in our contemporary society due to social problems that it causes, to materialize, brings to light the discussion originated. Thus, violence was analyzed from the perspective of building society given by the human need to work collectively to survive, thus building the foundation of their social relations. Therefore, the phenomenon violence is not something static, or intrinsic, because throughout history it is expressed entailed derived meanings of the metamorphic process occurred in social relations, resulting from changes in the division of labor, as well as the fruit of that labor appropriation. This Work Course Conclusion (TCC) intended, in its objective to analyze the possible existence of a relationship between social vulnerability and the phenomenon violence, embodied in homicides, among young Barroso neighborhood in Fortaleza, Ceará, from the vision of their family members, between the years 2012 and 2013. The methodology used was descriptive with qualitative and quantitative approach, where they were interviewed five families who had young people killed, so victims of violence in their higher degree (murder), associated with the Association Sun of the Barroso Fortress Quarter / Ceará Morning, in those years. As for the theoretical framework, it brings to light the discussion posture adopted by the neoliberal model and the critical dialectical model who oppose it. Following this theoretical discussion, it was made the analysis of data collected in the field research at the Association Morning Sun on Barroso neighborhood with the women of the household, which was correlated theory and analysis of data collected in the survey. Finally, we found that the relationship between violence (homicide) and social vulnerability, goes far beyond the premises defended by the neoliberal model, namely: the lack and poor quality of education and public safety. We found that the phenomenon violence among young people killed is related to a juxtaposition of needs related to public policies such as the disposal of social facilities and housing conditions. Where such factors materialized in relations of social exclusion such as poor housing conditions, the poor quality of education, unemployment, the stigmata, insecurity and inaccessibility leisure, directing them, drug trafficking, either in order direct or indirect which inevitably led them to confront the violence.

Keywords: Violence; Social Vulnerability e Social Risk; Youngs.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAGECE – Companhia de Água e Esgoto do Ceará
CEBELA – Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos
CEARAH Periferia – Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
COHAB – Companhia de Habitação do Ceará
COVIO – Laboratório de Estudos e Pesquisas Conflitualidade e Violência
COTS – Caderno de Orientação Técnico Social
CSF – Centro de Saúde Familiar
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EIR – Exército Industrial de Reserva
EMEIF – Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental
FBFF – Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza
FERU – Fórum Estadual de Reforma Urbana
Habitafor – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LEV – Laboratório de Estudos da Violência
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MPC – Modo de Produção Capitalista
NUHAB – Núcleo de Habitação e Meio Ambiente de Fortaleza
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Plano de Aceleração do Crescimento
PBF – Programa Bolsa Família
PMCMVE – Programa Minha Casa Minha Vida Entidades
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

PTS – Projeto Técnico Social

RNB – Renda Nacional Bruta

SER VI – Secretaria Executiva da Regional

SEAD – Sistema Estadual de Análise de Dados do governo do Estado de São Paulo

SSPDS – Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

SDE – Secretaria de Desenvolvimento Econômico

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFC – Universidade Federal do Ceará

UECE – Universidade Estadual do Ceará

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CAPÍTULO I – METODOLOGIA DA PESQUISA	18
2.1 Aproximação com o Tema da Pesquisa	18
2.2 Natureza/Abordagem da Pesquisa	23
2.3 Técnicas e Instrumentos da Coleta de Dados	26
2.4 Tipos de Pesquisa	27
2.5 Campo da Pesquisa	29
2.6 Sujeitos da Pesquisa	31
2.7 Análise dos Dados Coletados na Pesquisa	32
3 CAPITULO II – APROXIMAÇÃO COM AS CATEGORIAS DE ANÁLISE	34
3.1 Pressupostos teóricos hobbesianos acerca da violência	34
3.2 Perspectiva acerca da violência de cunho Crítico Dialético	37
3.3 Pressupostos teóricos acerca da vulnerabilidade social e risco social	42
3.4 Breve discussão sobre políticas públicas	45
4 CAPITULO III – VULNERABILIDADE SOCIAL E A VIOLÊNCIA NO BAIRRO BARROSO	49
4.1 Análise da correlação entre vulnerabilidade social e violência dos jovens vitimados no Bairro Barroso	49
4.2 Buscando compreender a situação da violência que vitimou os jovens no Bairro Barroso através da fala de suas famílias	61
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	71
APÊNDICES.....	77

1 INTRODUÇÃO

A sociedade teve sua origem na necessidade do ser humano trabalhar coletivamente para sobreviver, quando se forjou a base de suas relações sociais. Dessa forma, não é possível levantar a questão da violência que se enraíza em todas as camadas sociais de forma isolada, dissociada das relações sociais e de todo o processo histórico metamorfofísico que a envolve. Nesse sentido, o fenômeno violência não é algo estático, ou intrínseco. Ao longo da história esse fenômeno se expressa acarretado de significações oriundas das inúmeras metamorfoses sofridas nas relações sociais, resultantes das mudanças na divisão do trabalho, assim como na apropriação do fruto desse trabalho. Essa breve explanação, é essencial para que se possa entender de forma mais clara tal fenômeno, situando-o dentro de um contexto histórico-social, possibilitando assim, uma melhor discussão sobre o tema.

No Brasil, tal fenômeno não é diferente e nem menos importante. Historicamente, o processo de migração da população rural em direção às grandes cidades, devido à mudança no modelo econômico produtivo agroexportador até a década de 1930, para um modelo industrial, como afirma Furtado (1977), acarretou em uma reestruturação da sociedade e conseqüentemente no crescimento do fenômeno chamado violência.

Para Waiselfisz (2000), o marco inicial do crescimento da mortalidade juvenil no Brasil, a partir de estudos realizados por Vermelho e Mello Jorge (1998), no período de 1930 a 1991, se devia ao alto percentual de epidemias e doenças infecciosas que eram as principais causas de morte entre os jovens. Tal realidade foi sendo substituída, paulatinamente, pelo homicídio e acidentes de trânsito. Segundo o mesmo, em 1980, o homicídio e o acidente de trânsito já eram responsáveis por 52,9% do total das mortes dos jovens no País.

Assim como no Brasil, o fenômeno da violência aflorou como um problema para os indivíduos e para as mais diversas sociedades contemporâneas. As respostas a este fenômeno, dadas pelas sociedades, têm se mostrado múltiplas, abrangendo uma gama de medidas, nos mais diversos níveis: individual, comunitário e governamental. Quem nunca se indagou ao menos uma vez como seria possível enfrentar a questão da violência, um tema tão debatido que vem se agravando, muitas vezes banalizado batendo em nossa porta cotidianamente de forma direta ou indireta.

Como supracitado, no Brasil, a violência tem se mostrado um dos principais problemas a ser enfrentando pela sociedade, dada as altas taxas de homicídios, principalmente no tocante aos jovens, de acordo com Waiselfisz (2012). Diante da relevância do tema, na segunda metade da década de 1990, foram realizados uma série de quatro estudos sob o título *Juventude, Violência e*

Cidadania, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em quatro grandes capitais: Brasília, Curitiba, Rio de Janeiro e Fortaleza, quando esse organismo internacional já alertava para a gravidade do problema no Brasil. Os resultados de tais pesquisas apresentaram dados alarmantes, no que concerne à violência entre os jovens, revelando que o índice de morte entre os mesmos era extremamente alto em relação às demais faixas etárias, e que dentre as capitais pesquisadas, Fortaleza se destacava negativamente em relação às demais com o a maior taxa de homicídios.

No que concerne à estratificação social por faixa etária desses indivíduos, segundo o Ministério da Saúde, em consonância com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a adolescência compreende a idade de 10 a 19 anos, e a juventude dos 15 aos 24 anos de idade. Já para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dado pela Lei nº 8.069, de 13.07.1990, em seu Art. 2º:

[...] se considera criança, para efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquele entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo único, nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um ano de idade.

Quanto ao Código Civil brasileiro, este traz que a maioridade se estabelece aos 18 anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Considera, também, em seu Art. 5º, que a maioridade poderá ser alcançada pelos maiores de 16 anos nas seguintes situações:

- I – concessão dos pais ou de um deles, na falta de outro;
- II – casamento;
- III – exercício de emprego público efetivo;
- IV – colação de grau em curso superior;
- V – estabelecimento civil ou comercial;
- VI – existência de relação de emprego;

Para a UNESCO (2000), assim como para a OMS (2011), são jovens, os indivíduos dentre a faixa etária de 15 aos 24 anos de idade. Com relação ao fenômeno violência entre os jovens, ainda segundo a UNESCO (2000), a taxa de homicídios da população total no Brasil em 1996 era de 24,8 homicídios por 100 mil habitantes, crescendo para 27,1 em 2011, um acréscimo de 8,48%. Quando analisados tais dados somente entre os jovens essa taxa que era em 1996 de 42,4 homicídios por 100 mil jovens, sobe para 53,4, um aumento 20,59% em 15 anos. Dessa forma, enquanto a taxa de homicídios entre a população geral teve em 15 anos um acréscimo de quase 10% por 100 mil habitantes, entre os jovens esse aumento em relação ao total da população mais que dobrou para o mesmo período, o que demonstra a do gravidade do problema.

Já em 2011, segundo dados do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA), as taxas de homicídio da população total no Brasil era de 27,1 homicídios por 100 mil habitantes, superando assim os índices dos 12 países mais populosos do mundo (China, Índia, USA, Indonésia, Brasil, Paquistão, Nigéria, Bangladesh, Rússia, Japão, México e Filipinas), com aproximação apenas do México, o qual apresentava uma taxa de 22,1 homicídios por 100 mil habitantes.

Ainda com relação a tal situação, se estratificarmos ainda mais os dados, no que diz respeito ao Brasil, e, analisando as Unidades da Federação, é possível afirmar que o Nordeste está entre as regiões do País com um dos maiores índices de violência (homicídios) entre os jovens. Estudos realizados pelo CEBELA em parceria com a UNESCO, desde 1983, disponíveis no *site* da mesma, revelam que no ano de 2011 as taxas de mortes por homicídio entre os jovens nas regiões Norte e Nordeste eram de 97,6 e 82,3 por cem mil habitantes, respectivamente. Tal dado aponta para uma média acima da média nacional que é de 53,4 homicídios por cem mil habitantes. Comparativamente, entre os Estados, o Ceará encontrava-se, no ano de 2011, na 11ª posição em número de homicídios entre os jovens, ressaltamos ainda que, das 10 primeiras posições, 5 eram ocupadas por Estados nordestinos.

Tais dados quantitativos mencionados vêm a reafirmar informações contidas nos jornais, revistas e telejornais, fazendo esse fenômeno parte do cotidiano da sociedade de forma indireta ou direta. Sendo assim, não podemos subjulgá-lo, mesmo que para grande parte dos indivíduos esse “fenômeno violência”, passe pelas suas vistas, sem ser dada a real importância, por ser tão corriqueiro e por muitas vezes banalizado, mas não menos importante. De acordo com o jornal O Povo:

[...] Fortaleza é a 6ª capital mais violenta. Esta mesma pesquisa revelou também que a Capital do Estado teve em média 129,7 assassinatos de jovens por 100 mil habitantes em 2011. No Brasil, o número de homicídios juvenis aumentou 326,1% em três décadas. (2013, p. 14).

Ainda no tocante à violência no município de Fortaleza, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) divulgou recentemente um estudo realizado no ano de 2012 sobre a distribuição espacial dos homicídios na Capital. De acordo com esse estudo, é possível associar a localização geográfica da cidade com o índice de homicídios, sendo os bairros mais violentos os que apresentam: maior densidade demográfica entre os jovens de 11 a 29 anos; maiores níveis de pobreza; menores taxas de alfabetização e menores rendas domiciliares *per capita*.

Assim sendo, os bairros de Fortaleza apontados por esse Instituto com maiores taxas de homicídios, no ano de 2012, são: em primeiro lugar Barra do Ceará, seguido por Jangurussú, Bom Jardim, Mondubim, Conjunto Palmeiras, Messejana, Barroso, Pirambú, Genibaú e Quintino Cunha.

Embora o referido estudo não estratifique a idade das vítimas dos homicídios por bairro em relação à sua posição, o mesmo é extremamente relevante, pois aponta indicativos para que sejam aprofundados estudos relacionados ao tema: homicídios, jovens e vulnerabilidade social. Por fim, o IPECE (2013, p. 04), conclui ainda em seu estudo que “existem possíveis condicionantes, como fator social, e econômico de elevada vulnerabilidade social”, para o alto índice de homicídios constatado nesses bairros, todavia:

[...] Apesar de se buscar essa associação, é importante se destacar que esse instrumento não permite afirmações sobre causalidade entre as situações de vulnerabilidade de alguns bairros e o indicador de homicídios, portanto, sendo essa tarefa de futuras análises (IPECE, 2013, p. 04).

O referido estudo concluiu ainda que, dentre os 119 bairros regulares pertencentes a Fortaleza, os 20 bairros com maior número de homicídios são responsáveis por 48,25% do total dos homicídios ocorridos na cidade no ano de 2012. Quando considerado os 40 bairros com maior número de homicídios, esse percentual aumenta para 73%. Cabe colocar com relação ao percentual total dos homicídios, ainda segundo o mesmo estudo, que o Bairro Barroso ocupa a sétima posição, em primeiro lugar está a Barra do Ceará respondendo por 4,31%, seguido por: Jangurussu 3,51%; Bom Jardim 3,26%; Mondubim (Sede) com 2,89; Conjunto Palmeiras 2,83%; Messejana (sede) 2,83%.

Segundo o Jornal Diário do Nordeste: “Do dia 1º de janeiro até o dia 31 de dezembro de 2013, foram praticados, nada menos, que 2.750 assassinatos. Somente na Capital foram 1.996 casos, enquanto nos demais municípios metropolitanos ocorreram 754”. (2013, p. 10). Ainda de acordo com a mesma fonte, os bairros que apresentaram maiores índices de homicídios no ano de 2013, na cidade de Fortaleza, foram: Bom Jardim, Barra do Ceará, Jangurussu, Barroso, Genibaú, José Walter, Vila Velha, Pici, Pirambu, Bela Vista, Planalto Ayrton Senna, Vicente Pinzón, Praia do Futuro, Granja Lisboa, Granja Portugal, Siqueira e Messejana.

Diante dos dados apresentados e estudos supramencionados, fomos despertados pelo interesse no assunto, surgindo assim a indagação: se há e como se dá a relação entre homicídios e

vulnerabilidade social¹, entre os jovens, das famílias associadas à Associação Sol da Manhã, acometidos pela violência no Bairro Barroso, do município de Fortaleza, tendo em vista que o mesmo no ano de 2012 e 2013 se encontrava entre os 10 bairros mais violentos?

Dessa forma, esse projeto nasceu do interesse despertado através da leitura de artigos e livros sobre a violência para um seminário apresentado na disciplina Capitalismo e Questão Social, do quarto semestre do Curso de Serviço Social. Nesse momento, percebemos uma afinidade com a referida disciplina e, principalmente, sobre o tema elencado. Sendo assim, propusemo-nos a aprofundar mais sobre o assunto através da leitura de diversos teóricos e correntes. Os resultados obtidos através desses estudos nos chamaram atenção e fizeram refletir sobre a realidade da cidade de Fortaleza. Vale salientar ainda que já havíamos despertado o interesse no referido tema devido aos infinitos artigos, jornais, revistas e telejornais da Região, colocando o assunto no seio das políticas públicas. Concomitantemente, passamos a estagiar no Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos (CEARAH Periferia), uma Organização Não Governamental (ONG), ligada aos movimentos sociais na cidade de Fortaleza, na qual tivemos contato com inúmeras associações de bairros da cidade. Através do contato os representantes dessas associações, foram relatados casos de homicídios entre jovens. Dentre os bairros mais citados se encontra o Bairro Barroso, o que nos fez despertar o interesse pelo assunto.

Sendo assim, este trabalho teve como campo de pesquisa os familiares dos jovens assassinados no Bairro Barroso, vinculados à Associação Comunitária Sol da Manhã, por estar entre os 10 bairros mais violentos do Município no ano de 2012 e 2013. Segundo o Jornal Diário do Nordeste e estudo realizado pelo IPECE, com base nos dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS). Dessa forma, consideramos de extrema relevância a realização deste estudo, pois partimos do pressuposto, por inúmeros estudos já realizados como supracitado, que existe um alto índice de homicídios no município de Fortaleza e, em especial no Bairro Barroso, não sendo meramente uma questão isolada de segurança pública e educação como o modelo econômico neoliberal afirma.

Cabe lembrar ainda que a escolha do referido bairro também se deve ao campo de pesquisa, viabilizando assim, o estudo do objeto da pesquisa, vivenciado pelas famílias vinculadas à Associação Sol da Manhã: a relação da violência (homicídios), entre os jovens do Bairro Barroso, no município de Fortaleza e a vulnerabilidade social, assim como, um levantamento preliminar das políticas públicas que estão sendo postas em prática para o referido bairro.

¹ Cabe colocar que o conceito de vulnerabilidade social será esmiuçado no Capítulo 2, tópico 3.3, desse TCC. A título de esclarecimento preliminar acerca do tema, Castel (1997) coloca que a vulnerabilidade social é uma zona intermediária instável que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade.

Além disso, o fato de sermos da Região Sul do Brasil e termos passado a maior parte da nossa vida morando lá, e ter morado também por dois anos na Europa, observamos, mesmo de forma empírica, uma diferença muito grande nos índices de violência (homicídio), entre os jovens da cidade de Fortaleza em relação à região Sul do Brasil. Esta constatação não se deu apenas por relatos, ou dados divulgados pelos meios de comunicação, mas também, pela forma com que as pessoas andam pelas ruas desta cidade, com o medo a transparecer em seus olhos, nos andares sempre vigilantes, preocupadas com a violência que pode estar à sua espreita na próxima esquina, coisa que não percebi de forma tão gritante no Sul e muito menos na Europa.

Sendo assim, aproveitamos o ensejo para realizar este estudo, pois além do interesse pessoal já descrito, o mesmo se tornou um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Serviço Social. Ao mesmo tempo em que este deixará lacunas, devido à sua natureza, possui a pretensão de dar uma pequena parcela de contribuição para a sociedade fortalezense, de forma responsável e construtiva na questão do enfrentamento ao fenômeno da violência, e quem sabe para a formulação de políticas públicas do Bairro Barroso.

Portanto, este estudo, mesmo que preliminar, tem o objetivo de verificar os homicídios entre os jovens e sua possível relação com a vulnerabilidade social do Bairro Barroso, na cidade de Fortaleza, por meio das famílias desses jovens dentre os anos de 2012 e 2013. Todavia, vale lembrar que este trabalho irá tratar apenas da violência letal, em seu grau extremo, que representa só a ponta visível do *iceberg* de muitas outras formas de violência que também estão enraizadas em nossa sociedade.

Em relação à academia, faz-se necessário colocar que já existem Núcleos de Estudos sobre a Violência no Estado do Ceará, tais como: o Laboratório de Estudos e Pesquisas Conflitualidade e Violência (COVIO), da Universidade Estadual do Ceará (UECE); o Laboratório de Estudos da Violência (LEV), da Universidade Federal do Ceará (UFC). Além dos Núcleos de Estudos vinculados ao meio acadêmico, que podem estar auxiliando, através de seus estudos para a elaboração de políticas públicas, o Governo do Estado conta ainda com o IPECE, autarquia ligada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas para a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Aproveitamos ainda a oportunidade para colocar que o referido estudo possui uma relação direta com o Curso de Serviço Social, embora os principais laboratórios de estudos sobre a violência no Ceará e no País sejam liderados, principalmente, por profissionais da Sociologia e Psicologia. Nesse sentido, futuros trabalhos poderão vir a dar continuidade a este, pois além do

problema em questão, e todos os seus desdobramentos estarem inseridos no cotidiano laborativo do (a) assistente social, o mesmo precisa se inserir nesse campo de atuação.

Por fim, o objetivo geral e específicos deste trabalho são: analisar os pressupostos de uma possível relação entre violência e vulnerabilidade social e como ela se dá entre os jovens, na perspectiva dos familiares acometidos por este fato em suas vidas na Associação Sol da Manhã do Bairro Barroso, em Fortaleza, Ceará, dentre os anos de 2012 e 2013; verificar o perfil socioeconômico das famílias participantes da pesquisa; identificar quais os significados da violência para as famílias das vítimas da Associação Sol da Manhã do Bairro Barroso; investigar as Políticas Públicas existentes para o enfrentamento à violência contra o jovem do Bairro Barroso, e dos equipamentos sociais nele existentes.

Nessa perspectiva, este estudo está dividido em três capítulos. O primeiro trata da metodologia da pesquisa, o caminho desenvolvido para atingir os objetivos, apresentando a análise dos dados coletados. O segundo abarca o referencial teórico, trazendo consigo uma discussão, dos principais autores entre as correntes neoliberal e dialética a respeito do fenômeno violência. O terceiro capítulo faz uma análise da pesquisa de campo. Por fim, esse trabalho apresenta as considerações finais a respeito da relação de causalidade do fenômeno da violência entre os jovens assassinados, vivenciado pelas suas famílias, e a vulnerabilidade social, fazendo uma reflexão sobre as Políticas Públicas implementadas no referido Bairro.

2 CAPÍTULO I: METODOLOGIA DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, seguindo assim, o seu conjunto de métodos e técnicas, que subsidiam a realização da mesma. O capítulo está dividido em tópicos, quais sejam: 2.1 apresenta a aproximação com o tema da pesquisa; 2.2 traz a natureza da pesquisa quali-quantitativa; 2.3 refere-se às técnicas e instrumentos da coleta dos dados da pesquisa; 2.4 apresenta os tipos de pesquisa utilizados, (bibliográfica e de campo); 2.5 expõe o campo da pesquisa; 2.6 trata dos sujeitos da pesquisa; 2.7 traz o método de análise dos dados coletados na pesquisa.

2.1 Aproximação com o Tema da Pesquisa

Esse trabalho vem na contramão da forma tradicional das pesquisas do Curso de Graduação em Serviço Social, onde os alunos aproximam-se do tema e do objeto da pesquisa a partir de suas experiências advindas do campo de estágio, já que os mesmos passam a vivenciar o cotidiano teórico prático do curso. No entanto, o presente estudo, foi construído de uma forma peculiar, dado que nosso Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II foi vivenciado no campo sócio-ocupacional da habitação. Todavia, nosso tema, bem como o objeto de estudo, direciona seus esforços na busca por verificar a existência ou não de relação entre vulnerabilidade social e violência homicídio, entre os jovens do Bairro Barroso, aqui representado pela Associação Sol da Manhã. Sendo assim, a primeira leitura para muitos pode causar estranheza, dada a aparente “distância” do campo de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II com o tema pesquisado. Todavia, na prática, constatamos exatamente o oposto, conforme evidenciaremos no decorrer desse tópico.

O Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II nos possibilitou conhecer o trabalho desenvolvido no CEARÁH Periferia, bem como a atuação do Serviço Social no campo habitacional, uma área que nesse momento está nos holofotes das políticas públicas devido ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal. Além disso, e não menos importante, as sempre latentes refrações da questão social envolvida.

Dentro deste contexto, supracitado, o CEARAH Periferia, segundo informação disponível no próprio *site* da ONG, vem atuando há 23 anos nas áreas de habitação, formação política de lideranças comunitárias, associações e grupos de mulheres e jovens, prioritariamente na cidade de Fortaleza e região metropolitana.

O mesmo possui como missão, fortalecer os movimentos sociais urbanos na sua organização e capacitação para que possam ser reconhecidos como atores aptos ao exercício da cidadania, buscando fortalecer o Movimento Popular Urbano para uma intervenção propositiva no processo de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável.

Dentre seus valores, destaca-se a ética da igualdade, justiça e liberdade, que se dão através do respeito às diversidades (religioso, étnico, político, cultural, e de gênero), da autonomia, da luta pela democracia, da participação popular ativa e da transparência das ações. Com objetivos e metas, que busca: contribuir com a produção e difusão de conhecimento; contribuir para a integração de políticas de desenvolvimento urbano através de intervenção interdisciplinar de vários atores sociais; sensibilizar, informar, capacitar o movimento popular urbano, para o exercício da cidadania com autonomia. Quanto à sua demanda, caracteriza-se principalmente por: organizações comunitárias e gestoras/es da periferia de Fortaleza, região metropolitana e nos municípios do Interior do Ceará, engajadas/os com as lutas sociais dessas organizações; população com renda mensal de 0 a 3 salários mínimos no Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMVE); Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), beneficiando a construção, reforma e ampliação de unidade habitacional para pessoas com renda anual de até R\$15.000,00; e Regularização Fundiária.

Como pode ser observado, e disponível em seu *site*, a política geral do CEARAH Periferia está intimamente ligada ao engajamento de pequenos empreendedores, mulheres empreendedoras, lideranças comunitárias, entidades comunitárias e ONGs. Possuindo, assim, uma atuação organizada em três grandes eixos temáticos: (1) Planejamento Urbano e Habitação Popular; (2) Formação e Capacitação de Lideranças Comunitárias; e (3) Economia Popular e Solidária.

Dentre estes três eixos temáticos, destacamos o projeto habitacional Residencial Luíz Gonzaga, vinculado ao PMCMV-E. Tendo em vista que, o CEARAH Periferia integra uma das seis “entidades mãe²”, do qual fomos parte integrante da equipe técnica a partir do segundo semestre de 2013, como estagiário “voluntário” (Estágio Supervisionado não obrigatório em Serviço Social), e no ano de 2014, onde cumprimos as disciplinas de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II. Cabe colocar ainda que, conforme divulgado em seu *site*, este projeto nasceu das discussões nas

²Através da observação direta na vida cotidiana do Estágio Supervisionado em Serviço Social não obrigatório e os Estágios Supervisionados em Serviço Social I e II, constatamos que “entidades mãe” era a nomenclatura dada para as seis entidades maiores, que encabeçam o projeto habitacional Residencial Luíz Gonzaga vinculado ao PMCMV-E, pois as mesmas receberam as famílias das entidades menores como suas, dado o tamanho e estrutura das mesmas. Podemos citar como exemplo o CEARAH Periferia, que possui uma equipe interdisciplinar, composta por profissionais de diferentes formações como sociólogo, assistente social, geógrafo, administrador, técnico em edificações, engenheiro, arquiteto, urbanista, advogado, contador, pedagogo, estagiários, voluntários e cooperantes. Em contrapartida, a Associação Sol da Manhã possui apenas três, contando apenas com ajuda voluntária quando necessária.

comunidades com as famílias e com as demais cinco “entidades mãe” que as representam, situadas no município de Fortaleza e que integram o projeto, quais sejam: 1. Sociedade Comunitária de Habitação Popular Unidos do Curió³ engloba associações menores com suas respectivas famílias, ambos provenientes dos bairros: Jacarecanga, Monte Castelo, Mondubim, Parque Santa Rosa, Parque São José, Serrinha, Itaperi; 2. Habitat para a Humanidade⁴, associações menores com suas famílias pertencentes aos bairros: Pici, Parque Genibaú, Autran Nunes, Bairro Ellery, Vila Elley, Aracapé e Rodolfo Teófilo; 3. Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza⁵, associações filiadas à FBFF com suas famílias residentes nos bairros: Pirambu, Vila Velha, Messejana, Servi Luz, Morro da Vitória, Papicu e Barroso; 4. Associação dos Moradores do Parque Novo Paraíso⁶, suas associações são oriundas dos bairros: Messejana, Jangurussu, Sapiranga, Alvorada, Lagoa Redonda e Conjunto São Bernardo; 5. Associação Comunitária do Parque Jerusalém⁷, é composta por associações e famílias dos bairros: Bom Jardim, Granja Portugal e Canindezinho; 6. CEARAH Periferia, com famílias e associações vinculadas aos bairros: Centro, Barra do Ceará, Álvaro Weyne, Quintino Cunha, Jardim Iracema, Castelão, Dias Macedo, Lagoa Redonda, Curió, Boa Vista e Barroso.

Através da cooperação mútua entre essas seis Entidades mencionadas, e suas respectivas associações e comunidades, por elas representadas, foi-se alicerçando os primeiros pilares para a concretização do Projeto Habitacional Luiz Gonzaga, de acordo com apresentação ocorrida em dezembro de 2013 na Habitafor pelas mesmas. Quanto à construção do mesmo, segundo cronograma da contratação da obra junto ao Ministério das Cidades, terá início em julho de 2015, e localizar-se-á no bairro Jangurussú, ao lado do Conjunto Habitacional Maria Tomásia, na Regional VI.

³De acordo com sua Presidente, Maria da Silva, a Sociedade Comunitária de Habitação Popular Unidos do Curió, a mesma foi fundada em 1989 em virtude do déficit habitacional que existia no bairro e no seu entorno, além dos fundadores a associação era formada por um grupo de 300 membros. Neste período se chamava Associação Comunitária Asa Branca, porém para que a mesma fosse beneficiada com Unidades Habitacionais foi solicitado à mudança de nomenclatura. Após isto os associados se reuniram, através do voto e pode-se modificar a terminologia passando a se chamar Sociedade Comunitária de Habitação Popular Unidos do Curió.

⁴ Conforme a Coordenadora Susani Sousa, do Habitat Ceará, o Habitat para a Humanidade Brasilé é uma ONG, que faz parte da rede internacional Habitat for Humanity fundada em 1976 e presente em mais de 90 países.

⁵ Segundo um dos conselheiros da Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF), João Paulo Cardoso, a mesma surgiu no ano de 1982, como consequência do processo de lutas e mobilizações comunitárias nos bairros de Fortaleza, como resposta aos conflitos devido a ocupação do solo urbanos relacionadas à moradia.

⁶De acordo com o Presidente Paulo Felipino, a Associação dos Moradores do Parque Novo Paraíso, surgiu por motivo da necessidade da comunidade local, pois não havia uma liderança comunitária e/ou associação atuante e que resolvesse algo pela comunidade.

⁷Conforme o Presidente da Entidade Associação Comunitária do Parque Jerusalém, Roberto Silva, a mesma foi fundada em 28 de Outubro de 1989, situada no Bairro Parque Jerusalém em Fortaleza.

Ainda de acordo com as entidades, em apresentação ocorrida em dezembro de 2013, na Habitafor: “o objetivo do projeto é construir um conjunto habitacional que atenda um direito Constitucional, além de contribuir para com a Política de Habitação Municipal, reduzindo o déficit habitacional do município de Fortaleza”. Tal afirmação é amparada quando analisado o perfil do cadastro socioeconômico das famílias, e em especial das mulheres responsável pela família, que o Residencial Luíz Gonzaga atendera. Foi possível, assim, observarmos que as mesmas residem em unidades coabitadas ou pagam aluguel em comunidades onde a violência, enchentes, alagamentos, falta de saneamento básico dentre outras mazelas que assolam a vida de quem vive cotidianamente nessas comunidades, caracterizando assim, o estado de vulnerabilidade social em que se encontram as mesmas.

Dessa forma, a primeira leitura, muito embora possa parecer desfocado do objeto da pesquisa deste trabalho, decidimos abrir este espaço supradiscorrido, tendo em vista que, através do mesmo nos foi propiciado a oportunidade de entrarmos em contato com uma infinidade de ONGs e Associações (Associação Sol da Manhã, Mulheres Empreendedoras, Associação Dias Macedo, FBFF, dentre outras), também ligadas ao referido projeto, do qual fazíamos parte, viabilizando assim a concretização deste estudo. Tal afirmativa é crível já que tínhamos a possibilidade de irmos a campo nessas comunidades, captando assim parte de suas realidades vivenciadas cotidianamente *in loco*. Tais possibilidades de ida a campo se devem às inúmeras reuniões e assembléias realizadas nas comunidades mencionadas, necessárias muitas vezes para esclarecer e/ou colher assinatura das famílias inscritas e eleger os representantes da Comissão Responsável por Fiscalizar a futura obra. Além do mais, o fato de termos estado em contato cotidianamente com tais entidades, por meio da observação e indagações (relatos informais desses indivíduos), fez-nos constatar a existência de um número relativamente vultoso de famílias associadas, vitimadas pela violência (homicídio), perdendo seus filhos ainda jovens.

Concomitantemente, segundo o Projeto Técnico Social (PTS), elaborado pela assistente social responsável pelo “social” do Projeto Luiz Gonzaga, existe um número igualmente significativo de famílias em situação de vulnerabilidade social, constatado por meio do trabalho social em campo com o cadastramento das famílias e levantamento do perfil socioeconômico, ocorrido anteriormente, conforme orientações do Caderno de Orientação Técnico Social (COTS⁸, 2013), embasado pela Portaria do Ministério das Cidades, nº 610, de 26 de dezembro de 2011.

⁸O COTS, disponível no *site* oficial da Caixa Econômica Federal, tem a finalidade de apoiar as equipes técnicas dos Estados, Distrito Federal, Municípios, Entidades Organizadoras no desenvolvimento do Trabalho Técnico Social (TTS) nos Programas sob gestão do Ministério das Cidades operacionalizados pela Caixa, aonde a mesma é o agente operador e tem como atribuições analisar, acompanhar, avaliar e atestar a execução do Projeto de Trabalho Técnico Social.

Sendo assim, é possível afirmar que os Estágios Supervisionados em Serviço Social I e II, bem como o estágio não obrigatório, além dos mesmos serem uma fonte rica de conhecimento prático, nos possibilitou, através da observação, expandir nosso campo de visão em relação ao curso confrontando e interconectando nosso referencial teórico-metodológico, e o projeto ético político com a realidade cotidiana do campo habitacional e do objeto de estudo deste TCC. Dessa forma, o mesmo se tornou uma “ponte”, pois nos permitiu uma aproximação com as entidades localizadas nos bairros mais violentos da capital, conforme estudo elaborado pelo IPECE (2013), dentre eles o Bairro Barroso, e assim concretizando o presente estudo.

No que tange ao Serviço Social, enquanto profissão dinâmica, que tem em seu objeto de intervenção as múltiplas refrações da questão social, dentre as quais destacamos aqui a questão habitacional, o estar em situação de vulnerabilidade social, a violência, dentre outros. Sendo possível assim, como suprajustificado traçarmos uma correlação entre o campo habitacional, e o objeto de nosso estudo, a violência e a vulnerabilidade social. Portanto, muito enriquecedor para a concretização deste trabalho monográfico. Por fim, é possível ainda confrontarmos as informações divulgadas pelo IPECE (2013, p. 04), onde afirma “existir indícios de uma provável relação entre vulnerabilidade social e violência”, com a realidade vivenciada nas comunidades e captada por nós como futuro assistente social através de uma análise crítica dialética em torno da questão social, não dissociando o trabalho do (a) profissional assistente social de sua instrumentalidade das dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

2.2 Natureza | Abordagem da Pesquisa

A metodologia de pesquisa adotada possui abordagem de natureza quali-quantitativa. Para Demo (2008), é importante mesclar as duas, pois o alicerce de sustentação da pesquisa social é o desejo crescente de conhecer melhor a sociedade, sobretudo as facetas não lineares. “A pesquisa social tem seus esforços direcionados para a realidade social, sobretudo suas faces qualitativas. Ainda assim, não há de ser negado suas faces quantitativas, mas como Ciência Social o foco está no mundo das qualidades” (2008 apud DEMO, 2004b, p. 67).

A mescla de dados quantitativos com uma variância qualitativa deu-se através da visão teórica do contexto histórico, econômico e social dos indivíduos agregando, assim, de forma significativa, a melhor compreensão do objeto proposto. Conforme enfatiza Minayo (2006, p.76), “o uso das abordagens qualitativas e quantitativas não são incompatíveis e podem ser integradas, num mesmo

projeto. Entretanto, o arcabouço qualitativo é o que melhor se enquadra a estudos e situações particulares, grupos específicos e universos simbólicos”.

Ainda com relação à mescla da natureza da pesquisa, Minayo (2010) concorda com Demo (2008), afirmando que, embora uma pesquisa requeira a coleta de dados quantitativos, esclarece que: o objeto de pesquisa das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo; que a realidade das sociedades é o local onde se constrói a dinâmica da vida individual e coletiva que as sociedades vivem o presente, marcadas por seu passado. A partir dessas premissas é que se constroem seu futuro, o dinamismo e as especificidades de cada sociedade, pois são características de qualquer questão social que venha a ser estudada. Dessa forma, as questões aqui propostas e investigadas estão diretamente relacionadas às circunstâncias socialmente condicionadas a um problema da vida prática, onde são buscadas suas razões e seus objetivos.

Sendo assim, a natureza qualitativa desse estudo percorreu os principais teóricos da literatura sobre o tema violência, utilizando-se para isso de uma vasta pesquisa bibliográfica, a técnica observação e de entrevistas informais. Dessa forma, ainda no que tange à questão qualitativa da pesquisa, a mesma se utilizou do método dialético que possui seus alicerces fundantes em Hegel. De acordo com Gil (1999), embora as considerações acerca da dialética costumam ser polêmicas, porque nos levam a questões ideológicas, a mesma envolve muito mais aspectos do que geralmente se supõe. Para Gil (1999, p. 31):

Pode-se, fundamentalmente, considerá-la sob três aspectos: a) como filosofia da natureza; b) como lógica do pensamento aplicada à compreensão do processo histórico das mudanças e dos conflitos sociais; c) como método da investigação da realidade.

Portanto, um método de interpretação dinâmico e totalizante da realidade, segundo GIL (1999, p. 31), “é o único que se refere especificamente à metodologia das ciências sociais”, já que vai para além da realidade dos fatos que nos é imposto no cotidiano de nossas vidas. O mesmo pressupõe que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, político, econômico, conforme coloca Menezes e Silva (2005 apud GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 1993).

No tocante à técnica da observação, utilizada nas pesquisas qualitativas, a mesma faz uso dos sentidos para a apreensão de determinados aspectos da realidade. Ela consiste em ver, ouvir e examinar os fatos, os fenômenos que se pretende investigar, além de examinar fatos ou ferramentas que se deseja estudar. Sendo assim, desempenha um importante papel no contexto da descoberta, obrigando o investigador a ter um contato mais próximo com o objeto de estudo. A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os

indivíduos não possuem consciência, mas que orientam seu comportamento, utilizando-se assim dos sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade.

Conforme afirma Gil (1999), a técnica observacional é considerada a mais primitiva das técnicas, e conseqüentemente a mais imprecisa. Por outro lado, o autor defende que a mesma:

[...] pode ser tida como uma das mais modernas, tendo em vista ser a que possibilita o mais elevado grau de precisão nas ciências sociais. Tanto é que em Psicologia os procedimentos de observação são frequentemente estudados como próximos aos procedimentos experimentais. Nesses casos, a técnica observacional difere do experimental em apenas um aspecto: nos experimentos o cientista toma providências para que alguma coisa ocorra, a fim de observar o que se segue, ao passo que no estudo por observação apenas observa algo que acontece ou já aconteceu. (GIL, 1999, p. 35).

Por fim, ainda tocante à técnica observacional, quando nos referimos à investigação científica são empregadas várias modalidades da mesma, que variam de acordo com as circunstâncias. Nesta pesquisa, utilizamos a observação não estruturada, portanto, sem planejamento e sem controle anteriormente elaborado, como decorrência de fenômenos que surgem de imprevisto. Com a não participação do observador e individual (simples), dado que o observador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela, permanecendo de fora. Como deixa claro Gil (1999), quando coloca que a observação não participativa ou simples é aquela em que:

[...] o pesquisador, permanece alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem. Neste procedimento, o pesquisador é muito mais um espectador que um ator. Daí por que pode ser chamado de observação-reportagem, já que apresenta certa similaridade com as técnicas empregadas pelos jornalistas (GIL, 1999, p. 104).

No que se refere à técnica entrevista de acordo com Gil (1999), é uma das técnicas mais utilizadas nas ciências sociais, por ser uma forma de interação social, um diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. Dessa forma, dado nosso objeto de pesquisa, nos parece ser perfeitamente cabível trazê-la como instrumento para a pesquisa de campo. Conforme Seltiz (1967, p. 273 apud GIL, 1999), a técnica entrevista favorece a obtenção de “informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes, exatamente”.

Portanto, a mesma foi extremamente útil, pois a partir das entrevistas com as famílias, que tiveram a vida de seus filhos ceifada pela violência, capturamos seus olhares e significados, que se

exprimem por meio de fala. Assim analisamos de forma mais efetiva e profunda a realidade do cotidiano vivenciado pelas mesmas no Bairro Barroso, enriquecendo assim esta pesquisa. Para Gil (1999, p. 115), argumenta que a intensa utilização da entrevista em pesquisas nas mais diversas áreas de humanas deve-se:

A entrevista possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social; é uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano; os dados obtidos são suscetíveis de classificação e de quantificação (GIL, 1999, p. 104).

Assim, utilizamos da entrevista focalizada, por acharmos que a mesma melhor se enquadraria a nossa pesquisa de campo, pois levamos em consideração à tensão provocada pelo peso do tema (homicídio) sobre as famílias. De acordo com Gil (1999, p. 116): “A entrevista focalizada [...] enfoca um tema bem específico. O entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”.

Quanto à variância quantitativa referente aos dados socioeconômico das 5 famílias que tiveram a vida de seus filhos ceifada pela violência, foram obtidos através de questionário aplicado na Associação Comunitária Sol da Manhã no Bairro Barroso.

2.3 Técnicas e Instrumentos da Coleta de Dados da Pesquisa

No que tange às técnicas e instrumentos da coleta de dados da pesquisa, cabe colocar primeiramente que a mesma utilizou-se do instrumental qualitativo, por meio da observação, pelas entrevistas, e pelo questionário socioeconômico com as famílias. Sendo assim, esta se baliza pelos princípios do Código de Ética Profissional do (a) assistente social, das suas normas, principalmente no que concerne à questão do sigilo profissional, tratado em seu capítulo V, onde afirma no artigo 16, que: “O sigilo protegerá o usuário em tudo aquilo de que o Assistente Social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional” (CFESS, 1993, p.18).

Ainda no que se refere ao sigilo dos participantes e à concordância dos mesmos em participar da pesquisa, se deu por meio de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Quanto ao questionário socioeconômico e as entrevistas aplicadas aos indivíduos, esses tiveram suas identidades mantidas em sigilo preservando assim o anonimato por meio da utilização de nomenclaturas (família A, família B, família C e assim por diante).

A coleta de dados é a etapa do estudo que tem por objetivo reunir os dados relacionados ao tema a ser pesquisado. Para tanto, faz-se necessário escolher um arsenal de técnicas e instrumentos que venham satisfazer as exigências do trabalho desejado. Segundo Minayo (2006, p.129):

[...] Essa estratégia de coleta de dados é geralmente usada para: a) focalizar a pesquisa e formular questões mais precisas; b) complementar informação sobre conhecimentos peculiares a um grupo em relação a crenças, atitudes e percepções; c) desenvolver hipóteses de pesquisa para estudos complementares.

Sendo assim, as técnicas de coleta de dados usadas com maior frequência são: questionários, entrevistas, observação direta, registros institucionais e grupos focais. Para este trabalho foi utilizada a técnica questionário, entrevistas e a observação. De acordo com Gil (2002, p. 115):

[...] Para a coleta de dados nos levantamentos são utilizadas as técnicas de interrogação: o questionário, a entrevista e o formulário. Por questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado. Entrevista, por sua vez, pode ser entendida como a técnica que envolve duas pessoas numa situação "face a face" e em que uma delas formula questões e a outra responde. Formulário, por fim, pode ser definido como a técnica de coleta de dados em que o pesquisador formula questões previamente elaboradas e anota as respostas.

O questionário, no caso, socioeconômico, em uma pesquisa, é uma técnica de coleta de dados constituída por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e com ou sem a presença do entrevistador. Segundo orientações do autor Bello (2008, p.15):

[...] sua confecção é feita pelo pesquisador, seu preenchimento é realizado pelo informante. A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta para que o respondente compreenda com clareza o que está sendo perguntado. Não é recomendado o uso de gírias, a não ser que se faça necessário por necessidade de características de linguagem do grupo (grupo de surfistas, por exemplo). Todo questionário a ser enviado deve passar por uma etapa de pré-teste, num universo reduzido, para que se possam corrigir eventuais erros de formulação.

Dessa forma, o questionário socioeconômico utilizado foi organizado de modo simples e direto. Este, contendo 37 questões objetivas de múltipla escolha. O questionário foi dividido em 3 blocos, quais sejam: características gerais dos (as) responsável pela família; dados dos jovens vítimas da violência (jovens); e as características dos domicílios das famílias (APÊNDICE A). Quanto as entrevistas foram construídas 8 questões abertas que tratam da disposição de equipamentos sociais, tais como: lazer; saúde; educação e segurança pública, voltados para os adolescentes do Bairro Barroso (APÊNDICE B).

2.4 Tipos de Pesquisa

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a compreensão da realidade vivida pelos jovens vítimas de homicídios pela ótica de seus familiares da Associação Comunitária Sol da Manhã do Bairro Barroso.

Pode-se definir pesquisa como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social (GIL, 1999). Assim sendo, este estudo segue o método histórico-dialético que traz a análise dialética das relações sociais e econômicas, a necessidade da compreensão crítica da realidade, das bases materiais e concretas que permeiam a sociedade, e que formam a estrutura que explica acontecimentos históricos, sociais, econômicos e culturais.

Para a realização desse estudo, foram utilizados dois tipos de pesquisa, quais sejam: bibliográfica e campo. A pesquisa bibliográfica faz-se necessária tendo em vista que nós, enquanto pesquisadores, utilizamos livros, revistas, documentos, jornais, construindo assim, um arcabouço teórico dos estudos já levantados sobre o tema, propiciando-nos um melhor embasamento na construção da pesquisa. De acordo com Gil (2002, p.66):

[...] a pesquisa bibliográfica e/ou documental constituiu-se no procedimento metodológico para a coleta de informações que se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto e [...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

A pesquisa bibliográfica se deu por meio de uma revisão bibliográfica dos principais autores renomados sobre o tema, tais como: Arendt (1994); Cardia (2002); Castel (1998); Marx, Engels (1987); Iamamoto (2012); Shiffer (2002); Silva (2006); e Minayo (1991), dentre outros.

Portanto, como pesquisa bibliográfica, buscou-se confrontar autores de cunho dialético com autores neoliberais trazendo assim uma discussão sobre as propostas apresentadas pelas duas vertentes no que diz respeito ao fenômeno violência. Esta discussão, confronto de pensadores, sempre presente no meio acadêmico foi salutar para a pesquisa proposta, pois a enriquece, dado que é através do confronto dessas, embasadas teoricamente, que se elucida os fatos da história da nossa sociedade contemporânea. O Método Dialético, segundo Silva e Menezes (2001, p. 27):

[...] Fundamenta-se na dialética, na qual as contradições se transcendem dando origem às novas contradições que passam a requerer solução. É um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade. Considera que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, político, econômico, etc.

Quanto à pesquisa de campo, não menos importante, se realizou de maneira direta, ou seja, junto às próprias fontes informativas, sem o uso de dados secundários extraídos de publicações. De acordo com Munhoz (1989, p. 84): “A pesquisa de campo tem por objetivo a coleta de elementos não disponíveis, que ordenados sistematicamente possibilitem o conhecimento de uma determinada situação, hipótese ou norma de procedimento”.

A pesquisa de campo visa essencialmente buscar um melhor entendimento das características do objeto de pesquisa, *in lócus*. No caso desta pesquisa, almeja discutir a questão da violência em seus variados aspectos, captando assim a realidade dinâmica, histórica, social e econômica dos jovens vítimas da violência através de seus familiares na Associação Comunitária Sol da Manhã do Bairro Barroso da capital cearense. Portanto, partindo da compreensão dos significados que as mesmas atribuem às suas experiências e como elas compreendem o mundo em que vivem dentro da ótica de Minayo (2006), que considera essencial para o estudo das Ciências Sociais. Tal perspectiva é referendada por Gil (2002, p.53), onde o mesmo afirma que:

[...] o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias.

2.5 Campo da Pesquisa

Conforme abordado no tópico 2.1 que trouxe a aproximação com o tema da pesquisa, o Bairro Barroso possui 29.847 moradores, distribuídos em uma área de 3,68 km², vinculado à Secretaria Executiva da Regional (SER) VI. De acordo com SER VI, o mesmo foi criado a partir de um loteamento construído pela Companhia de Habitação do Ceará (COHAB), no ano de 1990.

Hoje, dentre os 119 bairros de Fortaleza, o Bairro Barroso possui um dos maiores índices de violência da capital, de acordo com dados divulgados recentemente pelos jornais O Povo e Diário do Nordeste e, por estudo realizado pelo IPECE, nos anos de 2012 e 2013, o mesmo esteve entre os 10 bairros com maior índice de homicídios da cidade.

No ano de 2012, em estudo realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) do Município de Fortaleza sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁹ dos bairros, dentre os 119 bairros da capital cearense, o Bairro Barroso ocupava a 107ª posição com IDH de 0,186, à frente apenas dos bairros: Autran Nunes (0,182), Dendê (0,181), Aeroporto (Base Aérea) com 0,176, Jangurussu (0,172); Granja Lisboa (0,169); Planalto Ayrton Sena (0,168); Praia do Futuro II (0,167); Siqueira (0,148); Genibaú (0,138); Canindezinho (0,136); Parque Presidente Vargas (0,135); e Conjunto Palmeiras (0,119).

O estudo foi conduzido na Associação Comunitária Sol da Manhã localizada na Rua D, número 371, no Bairro Barroso, CEP 60860-445, na cidade de Fortaleza/Ceará. A mesma foi fundada em 1996, sendo representada por uma presidente, um vice-presidente e mais quatro conselheiros, com o objetivo de apoiar os moradores do bairro na busca dos seus direitos. Atualmente, a mesma se encontra associada à Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF). De acordo a presidente:

O bairro Barroso só foi criado a partir de um acampamento feito de barracos de lona, com 1246 famílias, acampadas no bairro Tancredo Neves. Isso após cinco anos de muita luta, o então Governador da época Ciro Gomes autorizou o financiamento e a execução do programa habitacional na modalidade de Mutirão. (Entrevista realizada em 17/04/2015)

Portanto, a escolha pela Associação Comunitária Sol da Manhã, para a pesquisa de campo, deu-se devido à mesma ser uma associação com uma significativa representatividade no bairro, já que possui hoje 150 famílias associadas, dentre estas 20 foram assoladas pela violência com o assassinato de seus filhos ainda jovens, dentre os anos de 2012 e 2013. Além disso, e não menos importante, em seu histórico, a referida associação possui uma população atendida de famílias em situação de vulnerabilidade social, principalmente no que diz respeito ao direito: à moradia, ao transporte público, além de problemas sociais que afloram cotidianamente na vida dos moradores do Bairro Barroso.

As famílias constituem-se, assim, uma pequena amostragem do campo pesquisado, como forma de viabilizar o objeto da pesquisa para discutir a relação de vulnerabilidade social e a violência, no caso materializada nos homicídios entre os jovens.

⁹ De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), o IDH é uma medida usada para avaliar o desenvolvimento humano: expectativa de vida; acesso ao conhecimento: i) média de anos de educação de adultos, (pessoas a partir de 25 anos); e ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, prevalecentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança; iii) e o padrão de vida é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita. Ainda segundo a mesma fonte, o Brasil está na posição de 84º, no ranking do IDH que mediu 187 países em 2011.

Quanto à missão e valores da referida instituição, essa busca fortalecer os movimentos sociais do bairro Barroso em sua organização para que possam ser reconhecidos como atores aptos ao exercício da cidadania, em conjunto com a FBFF e o CEARAH Periferia, conforme nos informou a presidente da mesma.

Seus valores são pautados por valores éticos da igualdade, justiça e liberdade, que se dão através do compromisso com os princípios de transformação social, assim como, às diversidades (religioso, étnico, político, cultural, e de opção sexual), na defesa dos direitos humanos e da transparência de suas ações. No que tange aos seus objetivos e metas, a entidade prima pela difusão de conhecimento, por meio de palestra informativa buscando assim sensibilizar e informar seus associados sobre o exercício da cidadania e do direito a moradia.

Sendo assim, a Política Geral da Associação Sol da Manhã está pautada por questões ligadas ao interesse coletivo, possuindo projetos que visam fomentar o direito a moradia. Quanto aos seus recursos, tanto físicos como humanos, embora escassos, dispõem de: 1 computador, 1 telefone celular, 3 mesas, e 2 salas. Em relação aos profissionais, a entidade é gerida por apenas 3 indivíduos: a presidente, o vice e uma senhora aposentada que exerce um trabalho voluntário. Ademais, eventuais necessidades de mão de obra são supridas por recursos humanos voluntários de associados à entidade, como por exemplo, os conselheiros.

2.6 Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos da pesquisa, a população ou universo da pesquisa, são a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo. Como esclarece Gil (1999, p.42), “universo ou população é um conjunto definido de elementos que possuem umas determinadas características”. Neste estudo, o universo representa as famílias dos jovens, vítimas da violência (assassinados), no caso suas mães, associadas à Associação Comunitária Sol da Manhã do Bairro Barroso.

Já a amostra, é parte da população ou do universo, selecionada para o estudo. Antes de citarmos qual amostra foi escolhida para a realização desta pesquisa, descrevemos aqui os tipos existentes. Assim, uma amostra pode ser probabilística (casual), quando a escolha dos elementos da amostra é aleatória ou não probabilística (não casual), quando a escolha dos elementos não é feita aleatoriamente.

Amostra, ainda conforme Gil (1999, p.58), representa uma “pequena parte dos elementos que compõe o universo”, que neste estudo serão as famílias acometidas pela violência associadas à Associação Comunitária Sol da Manhã do Bairro Barroso, em Fortaleza.

Para reconhecer e identificar o universo desta pesquisa recorreremos à Associação Comunitária Sol da Manhã. Sendo assim, como havíamos previsto anteriormente, como critério da amostra, foram as vinte famílias que tiveram seus filhos vitimados pela violência associadas à Entidade até o presente momento. Por meio da referida Associação, que agendou previamente uma reunião com as mesmas, através de contato telefônico, expondo nossas intenções com a pesquisa e as formas que utilizaríamos para efetuar-la. Das famílias contatadas, apenas 5 concordaram em participar da pesquisa, sendo essas mulheres responsáveis pela família mães dos jovens assassinados. Quanto aos dados referentes ao perfil dos envolvidos, os mesmos foram obtidos a partir de entrevistas e do questionário socioeconômico, com questões que incluíram estado civil, idade, escolaridade, ocupação, número de filhos, tempo de residência no bairro, número de moradores, dentre outros.

2.7 Análise dos dados Coletados na Pesquisa

De acordo com Minayo (2006), para a realização da análise, temos que considerar a compreensão dos dados coletados, a confirmação ou não dos pressupostos. Devemos compreender às questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural do qual faz parte. Dessa forma, em nosso estudo nos utilizamos de um questionário socioeconômico com 37 questões objetivas (APÊNDICE A). Conforme afirma Gil (2002, p.116), a elaboração de um questionário:

[...] consiste em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos. Naturalmente, não existem normas rígidas a respeito da elaboração do questionário. Todavia, é possível definir algumas regras práticas: a) as questões devem ser preferencialmente fechadas, mas com alternativas exaustivas para abrigar a ampla gama de respostas possíveis; b) devem ser incluídas apenas as perguntas relacionadas ao problema proposto; c) não devem ser incluídas perguntas cujas respostas possam ser obtidas de forma mais precisa; d) devem-se levar em conta as implicações da pergunta com os procedimentos de tabulação e análise dos dados; e) evitar perguntas que penetrem na intimidade das pessoas; f) as perguntas devem ser formuladas de maneira clara, concreta e precisa; g) deve-se levar em consideração o sistema de referência do entrevistado, bem como seu nível de informação; h) a pergunta deve possibilitar uma única interpretação; i) a pergunta não deve sugerir respostas; j) as perguntas devem referir-se a uma única ideia de cada vez; l) o número de perguntas deve ser limitado; m) o questionário deve ser iniciado com as perguntas mais simples e finalizado com as mais complexas; n) devem ser dispersas sempre que houver possibilidade de “contágio”; o questionário deve conter uma introdução que informa acerca da entidade patrocinadora, das razões que

determinaram a realização da pesquisa e da importância das respostas para atingir seus objetivos.

Assim, seguindo as orientações supracitadas por Gil (2002), na análise de dados, primeiramente realizamos a apreciação dos conteúdos e, na sequência, procedeu-se uma leitura preliminar de todos os questionários e a escuta das entrevistas, destacando os aspectos significativos de cada um. Em seguida, ordenamos uma leitura comparativa entre os questionários buscando dados comuns e também elementos diferenciadores, tendo em vista que se tratou de uma pesquisa de variância maior qualitativa.

Para cada bloco de questões do questionário, bem como as entrevistas analisamos, à luz das referências teóricas pesquisadas, foram considerados os aspectos comuns singulares e também expressivos. Dessa forma, tentamos esboçar a opinião dos participantes quanto à questão da violência no Bairro Barroso e às Políticas Públicas voltadas ao combate da mesma. Para tanto, elaboramos 8 perguntas abertas, que foram feitas por meio das entrevistas (APÊNDICE B). De posse destas informações, as mesmas foram transcritas e armazenadas em uma Tabela para posterior análise. Para manter o anonimato, de cada uma das cinco famílias recebeu uma letra, assim como os filhos assassinados identificados pelo sexo.

Lembrando que, antes de começarmos com as entrevistas, apresentamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foram assinados e falamos um pouco sobre nosso trabalho. Neste momento, esclarecemos que se tratava apenas de um convite para participarem da pesquisa. Informamos às famílias, também, que poderiam desistir a qualquer momento e que seria mantido o anonimato delas, e dos seus filhos. Buscamos, com isso, além do esclarecimento, imprescindível para qualquer trabalho de campo, deixar as famílias o mais à vontade possível.

3 CAPÍTULO II: APROXIMAÇÃO COM AS CATEGORIAS DE ANÁLISE

De acordo com Minayo (2010), a definição teórica é um momento crucial de qualquer trabalho acadêmico, pois é a base de sua sustentação; é nesse momento que se dão os pressupostos teóricos e conceitos que embasarão todos os trabalhos. Sendo assim, o capítulo está dividido em tópicos, quais sejam: 3.1 apresenta o conceito teórico sobre a violência dentro da perspectiva hobbesiana; 3.2 traz o referencial teórico crítico dialético, contracenando com o pensamento hobbesiano, acerca da violência; 3.3 discorre sobre os conceitos referentes à vulnerabilidade social e o risco social; 3.4 inicia uma breve discussão sobre políticas públicas.

3.1 Pressupostos teóricos hobbesianos acerca da violência

Inúmeros pesquisadores de diferentes correntes teóricas dentro da literatura têm levantado um debate “árduo” sobre o tema “violência”, pois além de ser extremamente relevante para nossa sociedade não há um consenso entre os mesmos quanto às causas que produzem a violência; às possíveis soluções; e nem mesmo quanto ao fenômeno em si. Segundo Arendt (1994), a violência tem seu nascedouro junto com a própria humanidade, pois o mesmo é fruto do próprio ser humano. O risco da violência, mesmo quando não empregada dentro de uma concepção política extremista, é de os meios se tornarem o fim, pois:

A própria substância da violência é regida pela categoria meio/objetivo cuja mais importante característica, se aplicada às atividades humanas, foi sempre a de que os fins correm o perigo de serem dominados pelos meios, que justificam e que são necessários para alcançá-los. Uma vez que os propósitos da atividade humana, distintos que são dos produtos finais da fabricação, não podem jamais ser previstos com segurança, os meios empregados para se alcançar objetivos políticos são na maioria das vezes de maior relevância para o mundo futuro do que os objetivos pretendidos. [...] A prática da violência como toda ação, transforma o mundo, mas a transformação mais provável é em um mundo mais violento. (ARENDR, 1994, p. 04).

Dentro da teoria defendida por Arendt (1994), a violência não é um fenômeno natural, intrínseco, histórico de luta pela sobrevivência do indivíduo. Para a autora, a violência está ligada diretamente à concepção de processo político, da luta pelo poder entre os indivíduos que vivem organizados em sociedade. Dessa forma, a violência é a manifestação do poder materializado. Assim sendo:

[...] Toda política é uma luta pelo poder; o tipo de poder mais definitivo é a violência. [...] Se a essência do poder é a efetividade do domínio, não existe então nenhum poder maior do que aquele que provém do cano de uma arma, e seria difícil dizer de que maneira a ordem dada por um policial é diferente daquela dada por um bandido armado. (ARENDDT, 1994, p. 22-23).

A teoria sobre o fenômeno violência defendida pela autora supracitada está ancorada em importantes pensadores políticos, tais como: Jean Bodin¹⁰ do século XVI, e Thomas Hobbes¹¹ do século XVII. Portanto, a referida autora possui seus alicerces teóricos sobre a violência embasados nas transformações sociais, históricas e culturais, originárias do pensamento político, nascidos no período absolutista, quando surgiram os Estados-nação europeus (séculos XVI e XVII). Entretanto, cabe salientar que essa concepção de poder e violência tem seu embrião na antiguidade grega:

[...] definir as formas de governo como o domínio do homem sobre o homem de um ou de poucos – na monarquia e na oligarquia, dos melhores ou dos muitos na aristocracia e na democracia. É o apoio do povo que confere poder às instituições de um país, e esse apoio nada mais é que a continuação do consentimento que deu origem às normas legais (ARENDDT, 1994, p. 23).

Sendo assim, Arendt (1994) defende que todas as instituições políticas são manifestações e concretizações do poder, estratificadas ou não, que sofrem metamorfoses, e assim que o poder emanado do povo para de apoiá-las (as instituições políticas), seu poder cessa. Tal afirmação, ainda segundo a mesma autora, também é válida para todas as formas de governo, independentemente de sua estrutura (monarquia, ditadura e democracia), que se apoiam na opinião do povo, e quando uma forma desaparece outra surge em seu lugar, e assim:

[...] supor que o governo da maioria funciona apenas em uma democracia é uma ilusão fantástica: - o rei, que é apenas um indivíduo solitário, tem muito maior necessidade do apoio da Sociedade em geral do que qualquer outra forma de governo. Até mesmo o tirano, aquele que governa contra todos, necessita de quem o ajude a perpetrar a violência, ainda que sejam estas pessoas pouco numerosas. (ARENDDT, 1994, p. 24).

Dessa forma, o fenômeno violência está ligado diretamente à concepção de: (1) poder, (2) força e (3) autoridade. Sendo ambas as palavras sinônimos, utilizadas para indicar os meios pelos quais os indivíduos governam seus semelhantes, não existindo a possibilidade desse poder se tornar

¹⁰Segundo Arendt (1994), Jean Bodin (1529-1596) destacou-se pelos conceitos emitidos sobre a soberania e o direito divino dos reis, em um momento em que a França se via assolada pelas guerras de Religião do século XVI. A para o mesmo, a forma de preservar a ordem social da anarquia era através da vontade suprema soberana.

¹¹Conforme Arandt (1994), Thomas Hobbes (1588/1679) foi um ferrenho defensor do absolutismo desenvolvendo teorias com objetivo de legitimar a centralização de poder político nas mãos dos reis.

propriedade de um único indivíduo, pois o poder pertence a um grupo, e existirá tão somente enquanto esse grupo se mantiver unido (ARENDDT, 1994).

Essa concepção apresentada pela autora, onde (1) poder, (2) força, (3) autoridade e violência se fundem, é paralela à teoria do Estado racional moderno de Weber (1999), na medida em que, para o mesmo, a relação do Estado com o poder está intimamente ligado ao segundo. As associações políticas são nada menos que relações de dominação do ser humano sobre ele mesmo, apoiadas por meio da coação, portanto, ambos os autores possuem analogias semelhantes quanto ao tema (poder, Estado, violência, autoridade, força). Sendo assim, para que o Estado se mantenha, de acordo com Weber (1999, p. 524): “as pessoas dominadas têm que, necessariamente, submeterem-se à autoridade invocada pelas que dominam em um dado momento”, onde a compreensão de como esse comportamento social ocorre só é possível por meio da análise dos fundamentos internos e os meios externos, de cada sociedade, nos quais a dominação apoia-se.

Portanto, para Weber (1999), o Estado é um instrumento de violência organizada, que atende a um interesse geral, usando a violência para barrar ou frear os interesses privados, em prol do interesse público, discordando assim de Marx (1987), pois para o mesmo Estado é uma instituição burguesa que está na superestrutura e atende a uma determinada minoria que é a burguesia. Desta forma, podemos afirmar que Weber (1999), assim como Arendt (1994), ancoram suas argumentações nos pressupostos de Hobbes (1974). Este em sua obra *Leviatã*, afirma que cada um de nós tem direito a tudo, e uma vez que as coisas são escassas, existe uma constante guerra de todos contra todos. Assim, “não há propriedade, nem domínio, nem distinção entre o meu e o teu; só pertence a cada homem aquilo que ele é capaz de conseguir, e apenas enquanto for capaz de conservá-lo” Hobbes, (1974, p.74). Todavia, como o homem também tem desejo de paz, formam sociedades criando um contrato social, onde abrem mão de alguns direitos para manter a vantagem da ordem social. Ou seja, Hobbes (1974), os homens são egoístas e o mundo não satisfaz todas as suas necessidades em um Estado Natural, sem a existência da sociedade civil, havendo competição pela riqueza, segurança e glória. Assim, o homem por viver em um estado de natureza todos estariam preocupados com seus próprios interesses, sendo necessário a existência de um governante forte para apaziguar os conflitos humanos, devendo existir um contrato social.

Partindo dos pressupostos mencionados, é possível afirmar que a violência, em sua forma primária, tem seu nascedouro nas diferentes faces do poder que tecem o tecido social, inseridas de forma peculiar em cada estrutura social, através do seu contexto sócio-histórico-cultural. Dessa forma, as diversas variantes assumidas pela violência nada mais são que espelhos refletindo essas transformações estruturais do poder dominante da sociedade.

No entanto, com as transformações socioculturais e políticas ocorridas na sociedade contemporânea, advindas da passagem do modelo econômico (mercantilista), e político (absolutista), para o sistema capitalista (concorrencial, e posteriormente, monopolista), e de Estado¹² (ditatoriais ou não), levou concomitantemente à estratificação das formas de dominação, de poder e conseqüentemente da violência, para além da concepção teórica desses autores alicerçados nos pressupostos hobbesianos, materializado no pensamento jusnaturalista racional positivista, que será apresentado no tópico 3.2, dentro da perspectiva Crítico Dialética, a qual representa o recorte de análise deste trabalho.

3.2 Perspectivas acerca da violência de cunho crítico dialético

Dada a complexificação sofrida nas sociedades ocidentais, dentro de seu contexto, histórico, social, político e cultural, ditado pelas transformações decorrentes do desenvolvimento do sistema capitalista, através de novas tecnologias, novas atividades econômicas, criaram e recriaram novas necessidades sociais, “novos fetiches”, novas formas de poder, acarretando novos circuitos de violência, para além da violência supracitada defendida por Arendt (1994) e Weber (1999), embasados no pensamento hobbesiano.

Entretanto, essas transformações essencialmente de ordem socioeconômica e cultural não eliminaram a presença de “circuitos primitivos de violência¹³”, inseridos no seio político dos Estados-Nação, muito pelo contrário, esses “novos fetiches” além de criarem novos circuitos de poder e violência, arditosamente por meio de suas múltiplas facetas, que acabaram por se enraizarem nos Estados-Nação.

Santos (2000) - que não nega os pressupostos defendidos por Arendt (1994) e Weber (1999) - divide a estrutura social contemporânea em cinco eixos de conflitos sociais internos de dominação, embrionários da violência, quais sejam: dominação através das classes sociais; dominação dada pelas relações étnicas; dominação pelas relações de gênero; dominação através das relações de poder; e dominação através do nível do inconsciente. Dentro dessa concepção de violência,

¹² Para Weber (1999, p. 525), “o Estado é uma associação de dominação institucional, que dentro de determinado território pretendeu com êxito monopolizar a coação física legítima como meio da dominação e reuniu para este fim, nas mãos de seus dirigentes, os meios materiais de organização, depois de desapropriar todos que antes dispunham, por direito próprio, destes meios e de colocar-se, ele próprio, em seu lugar, representado por seus dirigentes supremos. Todas as demais associações ou pessoas individuais somente se atribui o direito de exercer coação física na medida em que o Estado o permita. Se existissem apenas complexos sociais que desconhecêssem o meio da coação, teria sido dispensado o conceito de "Estado", ter-se-ia produzido a "anarquia””.

¹³ Para Arendt (1994), circuitos primitivos de violência, é toda violência ligada ao poder e a política que, em determinadas circunstâncias, emergem, devido a levantes sociais “metamorfoses sociais”.

apresentada pelo autor, só é possível compreender esse fenômeno por meio de análise dessas relações de poder e seus múltiplos desdobramentos, inseridas no interior de cada sociedade, com suas distintas particularidades.

O mesmo autor enfatiza ainda que, mesmo tais relações preexistindo ao sistema capitalista, essas tomaram proporção estratosférica devido ao Modo de Produção Capitalista (MPC). Dessa forma, ainda segundo o mesmo autor, a violência só pode ser compreendida no invólucro do contexto social, econômico, histórico, cultural e político do sistema capitalista, e pelos efeitos de sua globalização, dentro da estrutura social de dominação inserida em cada um dos cinco eixos de conflitos sociais. No caso, este estudo foi realizado através de um olhar crítico dialético sobre a dominação oriunda das classes sociais, como fonte geradora da violência.

Portanto, diante das afirmações discorridas por Santos (2000), incontestáveis, sua materialização ocorre cotidianamente em nossa sociedade contemporânea, a olhos nus, por meio do intermédio das políticas neoliberais excludentes utilizadas pelo Estado seguindo a cartilha desse modelo econômico hegemônico que acirraram os conflitos sociais, dentro e entre as camadas sociais, em níveis micro e macro social, impulsionando assim a violência.

Tendo em vista que seus pressupostos, de acordo com os manuais de teoria econômica liberal, citando aqui Smith (1984), a “mão invisível¹⁴” ditará o funcionamento do sistema concorrencial; o interesse geral é o interesse privado de todos. Dessa forma, a totalidade dos interesses individuais leva à efetivação dos interesses coletivos, representados pela forma egoísta e unilateral dos indivíduos, transformando-se em dogma do liberalismo e da economia de mercado, intensificadas através das políticas neoliberais, em nossa sociedade contemporânea.

Esse “*modus operandi*”, da economia capitalista, primeiro concorrencial e agora monopolista, ocorre por meio da divisão social do trabalho que gerou formas históricas de repartição do produto do trabalho, pois a propriedade desses é desigual, onde o objetivo da produção desses produtos ou serviços passou a não ser mais o de satisfazer às necessidades sociais, mas sim à produção de riqueza e à reprodução ampliada do capital inicialmente investido.

¹⁴A “mão invisível do mercado” foi uma analogia empregada por Adam Smith para explicar como numa economia concorrencial, através da busca pelo interesse individual pode resultar em melhoria do bem comum. Segundo Smith (1984), há um mecanismo natural no mercado que distribui socialmente, de alguma maneira, os ganhos individuais. Considerado como uma justificativa para o comportamento egoísta dos agentes econômicos, eximindo-os de responsabilidade pelos enormes problemas sociais, sobretudo nos períodos iniciais da Revolução Industrial. Os liberais mais radicais, por outro lado, sempre se utilizaram da analogia para reforçar a defesa do livre mercado e do modelo de Estado Mínimo. Para esses, a mão invisível do mercado resolveria todos os problemas da economia e o mundo seria muito mais justo se o Estado fosse reduzido a um mero garantidor da ordem e da justiça.

Como explicitado por Netto (1996), o capitalismo dos Monopólios é a fase que sucede o capitalismo concorrencial, onde ocorre uma concentração maior de capital (lucro), passando assim por grandes modificações na estrutura econômica, social e política, concomitantemente cresce a exploração, alienação e aumento do Exército Industrial de Reserva (EIR), Netto (1996, p. 09); citando Mandel (1976, p. 324-325), afirma:

[...] Na tradição teórica que vem de Marx, está consensualmente aceito que o capitalismo, no último quartel do século XIX, experimenta profundas modificações no seu ordenamento e na sua dinâmica econômica, com incidência necessárias na estrutura social e nas instancias políticas das sociedades nacionais que envolvia. Trata-se do período histórico em que ao capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios, articulando o fenômeno global que, especialmente a partir dos estudos lenineanos, tornou-se conhecido como o estagio imperialista . E é também consensual que “o período do imperialismo clássico, situa-se entre 1890 e 1940”.

Agora, diante da “Era do Capital Monopolista” e com o advento da globalização¹⁵, intensificada a partir da metade do século XX e XXI pelo “mundo do trabalho¹⁶”, pela transnacionalização das grandes empresas e pela internacionalização do mercado financeiro, concomitantemente com o “*modus pensandi*”, novos ideários socioculturais (aculturação), criação de novas necessidades sociais, portanto, novos “fetiches¹⁷”, explicitadas por Marx; Engels (1977 apud IAMAMOTO, 2002), produziram além de novos impulsos para o consumo, um aumento do desemprego em massa e da desigualdade social entre as classes sociais e, por consequência, um aumento da violência e da vulnerabilidade social.

Quanto à questão levantada a respeito do “*modus pensandi*”, esse está relacionado dentro da perspectiva teórica da vida social dos indivíduos, conhecido como materialismo histórico. De acordo com tal concepção, as relações materiais que os homens estabelecem e o modo como produzem seus meios de vida formam a base de todas as suas relações, portanto, aquilo que os indivíduos são depende das condições materiais de sua produção. Sendo assim, o conjunto das forças produtivas e das relações sociais de produção de uma sociedade formam sua base ou estrutura que é o fundamento sobre o qual se constituem as instituições políticas e sociais.

¹⁵ Para Netto (1996), diante de nossa sociedade contemporânea são evidentes as transformações no padrão de acumulação e regulação social, pois estamos diante da denominada globalização e flexibilização da produção, dos mercados e dos padrões de consumo.

¹⁶ De acordo com Antunes (1995) e Castel (1998), uma das formas assumidas pela globalização do sistema capitalista foi no mercado de trabalho através da incorporação de novas tecnologias e da flexibilização do mercado de trabalho (flexibilidade externa), devido à internacionalização desse mercado.

¹⁷ Para Marx (1987), o fetiche imposto pela sociedade capitalista está ligado à consciência alienada dos indivíduos que os faz viverem uma realidade uma aparência mágica, enfeitada.

Portanto, segundo tal concepção, na produção da vida os homens geram também outra espécie de produtos que não têm forma material, o “*modus pensandi*”, através: das ideologias políticas, da religião, dos códigos morais e estéticos, dentre outros, chamado por Marx e Engels (1987), de superestrutura ou supra-estrutura, uma das bases das relações sociais. Marx e Engels (1987) sintetizam a articulação entre esses dois níveis na seguinte crítica ao idealismo:

[...] São os homens que produzem as suas representações, as suas ideias etc., mas os homens reais, atuantes, e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhes corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. A consciência nunca pode Ser mais que o Ser consciente, e o Ser dos homens é o seu processo da vida real. Assim, a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, tal como as formas de consciência que lhes correspondem, perdem imediatamente toda aparência de autônoma. Não têm história, não têm desenvolvimento; serão, antes, os homens que desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais, transforma, com esta realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos deste pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência. (MARX; ENGELS, 1987, p. 25).

Dessa forma, dentro do arcabouço teórico apresentado por Marx; Engels (1977 apud IAMAMOTO, 2002), a violência não é um estado natural, como defendido pelo modelo hobbesiano, ancorado no pensamento capitalista, onde afirma que o fenômeno violência tem seu nascedouro nos desejos ilimitados dos indivíduos, e como os objetos desses desejos estão disponíveis em quantidades limitadas, portanto escassos, levando à concorrência permanente entre os mesmos e conseqüentemente à violência, para além das necessidades biológicas.

Para a concepção marxista, a violência não tem seu nascedouro do estado natural, mas sim, da característica do estado social, corrompido pelo monopólio dos meios de produção, portanto, devido à luta de classes. Segundo Iamamoto (2012, p. 605-606), a concorrência entre os sujeitos é:

[...] de origem social e se exprime através das normas institucionais no que diz respeito à remuneração do trabalho, à determinação do lucro, à apropriação dos meios de produção, na luta de classes, sendo assim, o fim da violência se daria uma vez resolvida à questão da luta pela expropriação dos expropriadores.

No entanto, o fenômeno violência enraizado aculturalmente por meio do sistema capitalista neoliberal do século XXI, está espraiado e atrelado à dominação entre as classes sociais e suas frações, como afirma Santos (2000), não sendo apenas um problema pontual e específico, como é apontado pelos defensores do neoliberalismo e teóricos hobbesianos.

A compreensão do fenômeno violência para Silva (2006), assim como Iamamoto (2012) - embora a mesma não divida a questão em cinco eixos de conflitos sociais, como o fez Santos

(2000), - está inserido na luta de classes dentro do modelo econômico, social e cultural vigente, ditado pelo modelo neoliberal. O mesmo apresenta a solução para o problema a partir de fragmentos da realidade, através da repressão e da educação.

Os teóricos neoliberais defendem que o fenômeno violência é gerado pela desigualdade social, sendo assim, à falta de igualdade de oportunidades aos indivíduos “livres”, os quais, a partir de seus dotes pessoais, emancipariam-se de forma democrática através da livre concorrência. Dentro dessa concepção, a variável geradora da violência se deve ao fato de os indivíduos não estarem capacitados para enfrentar tal lógica capitalista. Portanto, tudo se resolveria através da variável educação.

No entanto, como já foi mencionado anteriormente, inúmeros estudos já foram realizados sobre o tema, dentre eles cabe trazer à luz da discussão os realizados por Cardia e Shiffer (2002), os quais afirmam que o problema é muito mais denso e precisa ser aprofundado para uma análise mais crível do fenômeno, devendo-se, assim, adentrar no tecido social da sociedade brasileira.

Contracenamos o estudo com a dialética, muito embora Marx (1987) e Castel (1998) possuam concepções diferentes quanto à existência ou não de um contingente de indivíduos não empregáveis, portanto, indivíduos que estariam para além do exército de reserva, nas sociedades capitalistas, como defende Castel (1998). Sendo assim, a partir da apropriação de parte do arcabouço teórico de ambos os autores, é possível afirmar que em economias capitalistas não há ganhadores sem que haja perdedores; para que alguns poucos ganhem, outros precisam perder; em economias de mercado, ou temos equidade ou temos eficiência.

Partindo do pressuposto teórico supracitado, o fenômeno violência acaba por desencadear outros inúmeros problemas, tanto para os indivíduos que sofrem as mazelas quanto para a sociedade, pois, como afirma Castel (1998), as reivindicações organizadas pelos excluídos não é a única forma de contestação, pois a anomia¹⁸ suscita a violência. O fenômeno violência muitas vezes vem sem projeto, autodestruidor, muito mais difícil de controlar, pois não há nada para negociar, ou pelo menos não de forma clara, afirma ainda o mesmo autor. Nesse sentido, o mesmo toma como exemplo da grandeza desse fenômeno, sem uma aparente explicação, a:

¹⁸ Castel (1998) afirma que a anomia é um estado de falta de objetivos e perda de identidade, provocado pelas intensas transformações ocorrentes no mundo social moderno. A partir do surgimento do Capitalismo, e da tomada da Razão, como forma de explicar o mundo, há um brusco rompimento com valores tradicionais, fortemente ligados à concepção religiosa. A Modernidade, com seus intensos processos de mudança, não fornece novos valores que preencham os anteriores demolidos, ocasionando uma espécie de vazio de significado no cotidiano de muitos indivíduos. Há um sentimento de se "estar à deriva," participando inconscientemente dos processos coletivos/sociais: perda quase total da atuação consciente e da identidade. Este termo foi cunhado por Émile Durkheim no livro *O Suicídio*. Durkheim emprega este termo para mostrar que algo na sociedade não funciona de forma harmônica.

[...] violência contra alguns sinais exteriores de uma riqueza insolente para os carentes (atos de delinquência, pilhagens de supermercados, destruições ostensivas de carro, etc). Mas ninguém pode dizer, sobretudo se agravar ou simplesmente se “mantiver”, que tais manifestações não se multiplicarão até o ponto de se tornarem intoleráveis, desembocando não em uma “Grande Noite”, mas em numerosas noites violentas durante as quais a miséria do mundo mostraria a face oculta de seu desespero. (CASTEL, 1998, p. 568)

Portanto, diante desse arcabouço teórico mencionado, é que serão debruçados esforços a fim de melhor compreender e analisar o fenômeno violência no Bairro Barroso, na cidade de Fortaleza, que hoje possui um dos maiores índices de homicídios do Brasil. Nesse intuito, foi realizada uma análise minuciosa dessa questão frente à realidade vivenciada pelos familiares dos jovens acometidos pela violência, “assassinados”, associadas à Associação Sol da Manhã do Bairro Barroso.

3.3 Pressupostos teóricos acerca da vulnerabilidade social e risco social

Primeiramente, antes de adentrarmos no embasamento teórico do conceito de vulnerabilidade social, a fim de avaliarmos a existência ou não da relação entre a mesma e o fenômeno violência, faz-se necessário apresentarmos uma distinção entre vulnerabilidade social e risco social com o objetivo de não incorrerem no risco de “similarisarmos” seus significados.

Tal medida deve-se à confusão recorrente, no uso desses conceitos, muitas vezes apresentados como similares, conforme observamos a partir da leitura de inúmeros artigos e até mesmo na própria Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (BRASIL, 2004), para a construção deste TCC, como segue:

[...] famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 27).

Em segundo lugar, mas não menos importante, cabe colocar que as definições de risco e vulnerabilidade social só podem ser entendidas quando associadas a diferentes contextos, ou seja, histórico, social e econômico e às diferentes áreas científicas que as desenvolveram para dar conta de seus objetos, como apontado por Janczura (2012).

Por fim, defendemos a argumentação de Janczura (2012) quando afirma que os termos são conceitos distintos, mas intrinsecamente relacionados. Enquanto o risco social está relacionado ao perigo iminente, com potencialidade de dano, à vida ou não, referentes às condições fragilizadas em que se encontram os indivíduos e/ou famílias; a vulnerabilidade social relaciona-se ao conceito de suscetibilidade, podendo esta levar os indivíduos à situação de risco social. Para Janczura (2012, p. 306):

[...] A noção de risco implica não somente iminência imediata de um perigo, mas também a possibilidade de, num futuro próximo, ocorrer uma perda de qualidade de vida pela ausência de ação preventiva. A ação preventiva está relacionada com o risco, pois não se trata de só minorar o risco imediatamente, mas de criar prevenções para que se reduza significativamente o risco, ou que ele deixe de existir.

Assim, cabe colocarmos que os termos risco e vulnerabilidade social, até o presente momento discorrido, ainda que nebuloso, quando apresentados pela PNAS (2004), conforme supracitado, possuem significados próprios. No entanto, dada a sua relevância no âmbito das Políticas Assistenciais em nível nacional, cabe aqui esmiuçarmos o conceito de risco social, ao qual estão sujeitos todos os indivíduos nas sociedades tidas de mercado, que só dispõem da oferta de sua mão-de-obra como forma de subsistência, tratadas pela PNAS (2004). Sendo assim, para a PNAS (2004), risco social está relacionado às famílias e/ou indivíduos que se encontram:

[...] com seus direitos violados e, ou ameaçados, constituindo-se situação de risco a incidência, ou a probabilidade de ocorrência dos seguintes eventos: abandono, negligência, maus tratos físicos e, ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outros. (BRASIL, 2004, p. 37).

Ainda de acordo com a PNAS (2004), as demandas relacionadas a situações de vulnerabilidade e risco social devem ser atendidas por intervenções específicas. No campo da Assistência Social, a primeira constitui-se como foco de ação da PNAS por meio da Proteção Social Básica em articulação com outras políticas públicas. Já o risco social deve possuir intervenções por intermédio da Proteção Social Especial, através de encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem atenção protetiva e efetividade imediata, por intermédio de ações em conjunto com o Sistema de Garantia de Direitos (Poder Judiciário, Ministério Público, ações do Executivo, dentre outras).

Já para Carneiro e Veiga (2004 apud JANCZURA, 2012), a concepção de vulnerabilidade social está atrelada à exposição a riscos e baixa capacidade material e comportamental dos indivíduos e/ou famílias para enfrentar e superar os desafios com que se defrontam. Ainda de acordo com Carneiro e Veiga; (2004 apud JANCZURA 2012), nas sociedades capitalistas a pobreza é o primeiro *front* de maior exposição a riscos, fazendo-se necessária a existência de uma rede pública de proteção social, propiciando assim aos indivíduos, acesso a bens e serviços básicos que viabilizem mecanismos para esses enfrentarem as adversidades.

Para os autores supracitados, a ausência de recursos materiais acaba por fomentar outras fragilidades, tais como: baixa escolarização, condições precárias de saúde e de nutrição, moradias precárias em locais ambientalmente degradados e condições sanitárias inadequadas, o que impossibilita os indivíduos em tais condições de satisfazerem suas necessidades básicas.

Portanto, embora a insuficiência de renda seja um dos fatores da vulnerabilidade social, esse conceito envolve outros fatores, como por exemplo, a deficiência ou impossibilidade de acesso a bens e serviços, tais como: educação; lazer; trabalho; habitação; e cultura, favorecendo o crescimento da situação de vulnerabilidade social dos indivíduos e, por consequência, suscetibilizando-os a situarem-se em uma posição de risco social.

Todavia, sabendo de antemão que a vulnerabilidade social e o risco social são intrínsecos ao modelo capitalista. Cabe ao Estado, como mediador da relação antagônica entre capital e trabalho, o papel de criar mecanismos por meio de políticas públicas, para que os indivíduos, em tais situações, permaneçam o menor tempo possível, sob o risco de efeito “cascata”, de desencadeamento de outros inúmeros problemas, tanto para os indivíduos que sofrem as mazelas, por encontrarem-se em situação de vulnerabilidade ou risco social, quanto para a sociedade que paga o preço “de uma forma ou de outra”. Tal afirmativa defendida por nós fica evidente quando Iamamoto (1982) afirma que vulnerabilidade social nada mais é que uma das formas materializadas das expressões da questão social que compreende todo o conjunto das desigualdades da sociedade capitalista, que se expressam por meio das determinações econômicas, políticas e culturais que impactam as classes sociais. Para Castel (1997), tais “impactos”, a vulnerabilidade social, citada por Iamamoto (1982), quando se referem à realidade dos países menos desenvolvidos, está associada também à ideia de risco frente ao desemprego, à precariedade do trabalho, à pobreza e à falta de proteção social. Além disso:

[...] O consumo comanda um sistema de relações entre as categorias sociais, segundo o qual os objetos possuídos são os marcadores das posições sociais, indicadores de uma classificação. Os sujeitos põem em jogo aí não sua aparência,

mas sua identidade. Se manifestando através do que consomem o seu lugar no conjunto social. (CASTEL, 1998, p. 475)

Portanto, diante da análise dos conceitos em questão, observou-se que vulnerabilidade refere-se à suscetibilidade, a estar suscetível a determinado agravo e risco, diz respeito a perigo potencial, probabilidade ou possibilidade de perigo. Assim, evidenciou-se que esses conceitos, muito embora possuam uma forte correlação entre si, são distintos. Na busca por embasamento teórico de cunho crítico-dialético a fim de contracenar com a análise quantitativa representada pelo questionário, este trabalho se ampara nos conceitos de Carneiro; Veiga; (2004 apud JANCZURA, 2012), que expressam, de forma clara, algumas das mazelas causadas e materializadas da questão social citada por Yamamoto (1982).

Por fim, no que tange às questões levantadas nesse tópico, as mesmas serão apresentadas, portanto contracenando com a realidade do Bairro Barroso por meio das famílias vitimadas pela violência, no Capítulo 3. Cabe colocar que, por meio do cotidiano no espaço sócio ocupacional nos Estágios Supervisionado em Serviço Social não obrigatório e nos Estágios Supervisionado em Serviço Social I e II, apresentado no tópico 2.1, tivemos a oportunidade, através da técnica observação, de confrontarmos *in locu*, a questão da vulnerabilidade social e/ou risco social em nossas idas a campo. Além disso, é de praxe, na práxis do (a) assistente social, defrontarem-se com usuários em tal situação.

3.4 Breve discussão sobre políticas públicas

A questão das políticas públicas, um tema que vem sendo amplamente debatido, nos mais diversos meios sociais, está intrinsecamente relacionado ao objeto de estudo deste trabalho monográfico, dada a impossibilidade de dissociação existente entre a mesma e o crescimento da violência no Brasil, e não diferente, na cidade de Fortaleza, tendo em vista que essa se encontra entre as mais violentas do mundo, como no Bairro Barroso, localidade onde ocorreu o objeto desse estudo.

Segundo dados divulgados pelo portal de notícias G1, que apresenta um levantamento feito por um grupo de estudos mexicano, na edição do dia 23/03/2014, “existem três cidades brasileiras que estão entre as dez mais violentas do mundo (Maceió, Fortaleza e João Pessoa, respectivamente), com taxa de homicídios considerada epidêmica pela OMS”. A mesma notícia destaca ainda que, nesses locais “se mata por qualquer motivo: paixão, discussão, tráfico,” sendo as principais vítimas os jovens entre 15, 21 e 22 anos, com uma média de um indivíduo assassinado a cada duas horas.

No mesmo sentido, como já apresentado na introdução desta pesquisa, o IPECE (2013) afirmou haverem “indícios” de uma correlação direta entre a vulnerabilidade social, violência e as políticas públicas, em um estudo realizado no ano de 2012 nos bairros da cidade de Fortaleza, por meio de dados disponíveis pelo IBGE.

Dessa forma um tema tão discutido, devido aos seus resultados, da precariedade e/ou carência de políticas públicas, vivenciados pela nossa sociedade cotidianamente, quando por muitas vezes vêm encobertas por “sangue e desgraça”, aumentando ainda mais as mazelas sociais dessas comunidades carentes de políticas públicas. Dessa forma, tais localidades, podem ser vistas como lacunas que demandam um trabalho do (a) profissional assistente social e de sua instrumentalidade. Tais resultados são ainda impulsionados pelas políticas públicas de cunho econômico neoliberais de controle fiscal, represando assim, os recursos destinados à implementação das mesmas, sejam elas em nível Federal, Estadual ou Municipal. Sendo assim, é perfeitamente plausível analisar o conceito, mesmo que de forma breve, bem como a multidimensionalidade que é remetida à questão das políticas públicas, apresentadas pela academia.

De acordo com Souza (2006), que elucida a discussão sobre o tema, expondo suas definições, por meio de conceitos utilizados por autores tidos como referência no meio acadêmico, “não existe uma única definição para políticas públicas”. Segundo esse autor:

[...] Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como o que o governo escolhe fazer ou não fazer. (SOUZA, 2006, p. 20-45)

No entanto, dentre as inúmeras definições, como supracitado, a definição mais conhecida é a de Laswell (1936/1958; apud SOUZA, 2006, p. 32), o qual afirma: “decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”. Para Souza (2006), as políticas públicas nascem do embate dado pelos interesses, preferências, ideias e ideologias de diferentes atores sociais que compõem os governos. Sendo assim, dentro da perspectiva crítico-analítica, sob a ótica do materialismo dialético, as políticas públicas são gestadas, nascem e são postas a serviço da nossa sociedade contemporânea pela superestrutura comandada pelo modelo mercantilista neoliberal, o qual possui o domínio sobre os governos, que ditam a forma como é gerido. Cabe lembrar que as questões sobre o materialismo dialético, bem como seu conceito a respeito da

superestrutura, foram apresentados no tópico 3.2 que trata da perspectiva acerca da violência de cunho crítico dialético do Capítulo 2 deste trabalho.

Quanto à multidimensionalidade, outro fator crucial que envolve a discussão sobre políticas públicas, Souza (2006) afirma que só é possível discutir políticas públicas na medida em que são buscadas explicações sobre as mesmas, e essas, só são possíveis quando sintetizada as teorias construídas em diversos campos, tais como: sociologia, ciência política e da economia. Para Souza (2006, p. 20-45):

[...] As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e tem contribuído para avanços teóricos e empíricos.

Segundo Rodrigues (2008), que concorda com Souza (2006), a discussão sobre políticas públicas, independentemente de quais políticas (educação, saúde, habitação, etc) estejam sendo feitos estudos, perpassa pela multidimensionalidade, reportando assim, à questão multidisciplinar e interdisciplinar que deve ser considerada quando analisadas. Como exemplifica Rodrigues (2008, p. 55- 73):

[...] uma política da área de saúde, por exemplo, poderá necessitar diálogo com as ciências da área biológica, medicina, enfermagem, farmacologia, e outras; se o foco é uma política urbana, poderá pedir conhecimentos tanto da arquitetura, da administração, do direito, como do meio ambiente; etc. [...] O difícil, evidentemente, é circunscrever o campo de especialidades a abarcar, e delimitar o diálogo.

Dessa forma, devido à peculiaridade do trabalho em si do (a) assistente social, tendo em vista que o mesmo se defronta com as refrações da questão social, cotidianamente em seu vasto espaço sócio-ocupacional, nada mais coerente e contributivo para as inúmeras políticas públicas a inserção do mesmo, seja atuando de modo efetivo no campo, seja compondo a equipe multidisciplinar, responsável por elaborar as políticas públicas, como supracitado por Rodrigues (2008) e Souza (2006) quando discorrem sobre sua multidimensionalidade.

Quanto à análise dos programas de políticas públicas, Rodrigues (2008), apresenta duas dimensões que devem ser consideradas, quais sejam: 1) formulação da política, contendo critérios apresentados para sua implantação, acompanhamento e avaliação; 2) os conceitos, ideias e valores que conformam os paradigmas orientadores da política que lhe formam um corpo teórico dando-lhes sustentação e legitimidade.

Conforme Rodrigues (2008), para que uma determinada política pública seja implantada com sucesso e/ou analisada, deve-se levar em consideração o contexto em que ocorreu e a formulação da política, tais como: momento político, condições socioeconômicas, tendo em vista o modelo político econômico vigente no País.

Sendo assim, quando mencionamos “políticas públicas”, devemos considerar os fatores internos e externos dessa sociedade seja em nível micro ou macro (Bairros, Municípios, Estados, País), pois as mesmas afetam de maneira direta ou indiretamente a todos, como é colocado por Souza (2006) que analisa a questão de forma semelhante à de Rodrigues (2008):

[...] As políticas públicas dependem de fatores externos e internos, onde as regras que regem suas decisões, elaborações e implementação, também influenciam os resultados dos conflitos inerentes às decisões sobre política pública. (SOUZA, 2006, p. 20-45)

Portanto, cabe colocar que, dentre uma vasta bibliografia existente, com renomados autores na área, no que diz respeito à tipologia das políticas públicas, o referencial teórico mais aceito conforme Souza (2006) é a de Theodor Lowi. Segundo Lowi (1964; 1972 apud SOUZA, 2006, p. 20-45): “a política pública faz a política, que irá encontrar diferentes formas de apoio e rejeição em torno de sua decisão”, tendo as dividido em quatro tipos, quais sejam: 1) políticas públicas distributivas, as decisões tomadas pelo governo, geram mais impactos individuais do que universais, pois privilegiam certos grupos sociais ou regiões em detrimento do todo; 2) políticas regulatórias são as mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse; 3) políticas redistributivas, atingem maior número de pessoas impondo perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, como por exemplo, sistema tributário, previdenciário etc.; 4) políticas constitutivas, ligada a procedimentos.

Por fim, para este TCC, serão discutidas as políticas públicas no Bairro Barroso correlacionando-as com a questão da violência e da vulnerabilidade social por meio da técnica observação, do questionário socioeconômico e das entrevistas. Sendo ambos executados com as famílias integrantes da Associação Sol da Manhã que tiveram seus filhos, ainda jovens, assassinados. Lembrando que para ambos os autores, Rodrigues (2008) e Souza (2006), as políticas públicas são: “desenhos”, “fórmulas”, que se desdobram em planos, programas, projetos e bases de dados que ao serem implementadas, ficam submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação, refletindo assim, as pressões dos mais diversos grupos de interesses sociais, desde movimentos sociais até os da elite dominante.

4 CAPÍTULO III: VULNERABILIDADE SOCIAL E A VIOLÊNCIA NO BAIRRO BARROSO

Este Capítulo irá tratar da essência do trabalho, principalmente quando diz respeito aos resultados da pesquisa de campo. Esta possibilita aos alunos construírem correlações entre os pressupostos teóricos-metodológico e a realidade vivenciada no campo da pesquisa. Sendo assim, na busca por uma melhor compreensão sobre o objeto de estudo deste TCC, o presente Capítulo está dividido em dois tópicos, quais sejam: o 4.1 analisa as variáveis utilizadas para verificar a correlação entre vulnerabilidade social e violência das famílias do Bairro Barroso, vinculadas à Associação Sol da Manhã, que tiveram os filhos assassinados, no período de 2012 a 2013; já o tópico 4.2 busca compreender a situação da violência que vitimou os jovens no Bairro Barroso através da fala de suas familiares.

4.1 Análise das variáveis utilizadas para verificar a correlação entre vulnerabilidade social e violência das famílias do Bairro Barroso

As variáveis em análise, abaixo descritas, sobre a possível existência ou não de uma relação entre vulnerabilidade social e a violência que vitimou os jovens no Bairro Barroso foram construídas a partir da aplicação de um questionário socioeconômico. A construção do mesmo teve como guia norteador os pressupostos teórico metodológicos mencionados nos Capítulos anteriores desta pesquisa, sendo aplicado às famílias, no caso às mães, dos jovens assassinados, que fazem parte da Associação Sol da Manhã do Bairro Barroso.

O roteiro do questionário bem como as entrevistas contemplaram quatro variáveis, que visaram dar subsídios para uma análise do grau de vulnerabilidade social dentro o espaço amostral. Estas foram tratadas de forma separada e, posteriormente, em conjunto no tópico 4.2 por meio da compreensão das falas de suas famílias. Sendo assim, as variáveis sob análise contemplam:

1. Características gerais dos (as) responsáveis pela família. Esta variável visou levantar informações sobre a composição familiar, analisando as condições socioeconômicas das famílias. Para isso, indagamos ao responsável pela família, no caso as mães dos jovens assassinados, sobre: sexo, idade, etnia racial, estado civil, grau de instrução e se estão estudando, vínculo empregatício no período em que veio a óbito seu filho, número de moradores, renda, bem como de seu companheiro (a) caso possua. Como podemos constatar na Tabela1, as características gerais das famílias que tiveram seus filhos vitimados pela violência são:

Tabela 1: Características gerais dos (as) responsáveis pela família

Informações	Família A	Família B	Família C	Família D	Família E
Parentesco	Mãe	Mãe	Mãe	Mãe	Mãe
Idade	33	36	35	46	44
Cor	Parda	Branca	Parda	Parda	Parda
Estado civil	Solteira	Solteira	Separada	Solteira	Solteira
Escolaridade	Ens. méd. incompleto	Ens. fund. completo	Ens. méd. incompleto	Ens. fund. incompleto	Ens. fund. completo
Estudando	Não	Não	Não	Não	Não
Ocupação	Vendedora autônoma	Empregada doméstica	Auxiliar geral	Salgadeira	Costureira
Vínculo empregatício	Não	Não	Não	Não	Não
Recebe benefício do Programa Bolsa Família	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Pesquisa direta, 2015.

De acordo com os dados contidos na Tabela 1 podemos afirmar que as responsáveis pelas famílias vitimadas pela violência são do sexo feminino, predominantemente da cor parda, não concluíram o nível médio, chefes ou representantes de famílias monoparentais¹⁹ e não possuem vínculo empregatício, auferindo a renda por meio de trabalhos informais e do Programa Bolsa Família²⁰ (PBF), do Governo Federal.

Dentre os itens elencados na Tabela 1, nos chamou especial atenção a monoparentalidade das mulheres responsáveis das famílias, devido ao aumento da susceptibilidade à vulnerabilidade, como

¹⁹ Segundo Diniz (2002, p. 11), a “família monoparental ou unilinear desvincula-se da ideia de um casal relacionado com seus filhos, pois estes vivem apenas com um dos seus genitores, em razão de viuvez, separação judicial, divórcio, adoção unilateral, não reconhecimento de sua filiação pelo outro genitor, produção independente, etc”.

²⁰ De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o PBF é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70), de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. O PBF integra a estratégia FOME ZERO, que tem o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome. Estando pautando por três dimensões, quais sejam: 1. Promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família; 2. Reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações; 3. Coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. São exemplos de programas complementares: programas de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e demais documentos.

defende Carvalho (1998). Segundo a mesma autora, existem fatores que podem contribuir para tais famílias se encontrarem em condição de vulnerabilidade, principalmente:

[...] a segregação da mulher aos piores postos de trabalho, à pior remuneração e à ausência de mobilidade social nas atividades ditas femininas. A maioria das mulheres está vinculada as atividades informais e, portanto, de modo geral, mais sujeita às flutuações de demanda e crescimento da concorrência por parte de outros trabalhadores transferidos do setor formal para informal da economia que se dá na época atual. [...] **a composição do domicílio parece ser um fator preponderante. A chefia feminina parece estar grandemente associada a domicílios menores.** A mulher é, na maioria das vezes, o único membro adulto do domicílio, o que diminuí as chances de outros rendimentos reforçarem o orçamento doméstico. [...] a vulnerabilidade de tais domicílios também decorre de fato de que em sociedades como a brasileira apenas a mulher assume as funções domésticas de um grupo familiar. Isso dificulta a conjugação entre trabalho remunerado, cuidado com os filhos e atividades domésticas. Devido a essas dificuldades, a mulher provedora às vezes não tem outra escolha a não ser vincular-se a trabalhos mais mal remunerados, seja em sua própria casa ou nas redondezas, trabalhos de tempo parcial ou intermitentes. Além disso, a mulher provedora concorre em um mercado de trabalho que opera e recruta tendo a mulher sob a ótica de trabalhadora secundária e de rendimentos complementares em um domicílio. [...] as famílias chefiadas por mulheres, em grande parte, são decorrentes de gravidezes precoces e instabilidade familiar, o que tende a contribuir para a reprodução da pobreza de geração a geração. (CARVALHO, 1998, p. 85).

Portanto, nos parece que o perfil socioeconômico, apresentado pelo questionário, das mulheres responsável pelas famílias participantes de nossa pesquisa, se enquadram no arcabouço teórico defendido por Carvalho (1998). Tal afirmativa é crível, tendo em vista que as mesmas são mães solteiras com filhos e de baixa renda, o que indica dificuldades em prover sua subsistência e de seus filhos, e assim, condições dignas de vida para sua família, as remetendo a uma condição de vulnerabilidade social.

Um segundo aspecto que nos chamou atenção se refere à renda. Lembrando que optamos por indagar às responsáveis pela família se estavam recebendo o benefício do PBF na data do óbito dos seus filhos. Tal opção foi adotada apenas para fins metodológicos, pois achamos por bem não solicitar diretamente o valor da renda total da família, pois imaginamos que poderia constrangê-las e/ou inibi-las a participarem de nossa pesquisa. No entanto, sabemos que famílias que recebem o benefício do PBF são classificadas como famílias de baixa renda.

Sendo assim, de acordo com o IPECE, em pesquisa realizada no ano de 2012, só na cidade de Fortaleza existem 134 mil indivíduos vivendo em situação de extrema pobreza²¹, distribuídos entre os 119 bairros da Cidade. Do total desses indivíduos, 56% residem em bairros situados nas

²¹ Conforme disponível no *site* do MDS, as famílias consideradas em situação de extrema pobreza são as que possuem renda mensal igual ou inferior a R\$70 reais por mês, ou seja, com até R\$ 2,33 por dia.

Regionais V e VI, e não por acaso, situa-se o Bairro Barroso com 2.669 indivíduos em situação de extrema pobreza, ocupando assim a 13ª colocação, proporcionalmente à sua população. Para o IPECE (2012, p. 10):

Esses dados deveriam servir de orientação para as políticas públicas a serem desenvolvidas pelo município, sobretudo, no que tange ao planejamento de ações voltadas especificamente para essas camadas. O fato é que há necessidade de respostas mais consistentes e com maior agilidade, seja na geração de emprego e renda, mas também na oferta de serviços públicos capazes de garantir condições minimamente dignas de vida e do exercício da cidadania, nas localidades mais necessitadas. Na verdade, Fortaleza exige a continuação dos esforços destinados a remover as desigualdades gritantes, cujo resgate tornou-se uma obrigação histórica para a atual geração de dirigentes públicos.

Dessa forma, como não solicitamos o valor total da renda mensal, auferida pelas famílias pesquisadas, não podemos afirmar com certeza absoluta. No entanto, é muito provável que dentre os 2.669 indivíduos vivendo em extrema pobreza citados pelo IPECE encontram-se presentes as famílias participantes de nossa pesquisa, dado o perfil das mesmas caracterizadas pelo questionário socioeconômico, pelo teor das entrevistas, bem como constatado por nós mediante o uso da técnica de observação.

2. Dados das vítimas da violência. Segundo dados da SSPDS, no Bairro Barroso, em 2011 ocorreram 15 assassinatos, em 2012 esse número subiu para 45, um aumento de 300%. Quanto ao ano de 2013, ressaltamos aqui que, por inúmeras vezes tentamos contato, por e-mail e telefone, com a SSPDS, haja vista não estar disponível tais informações em seu *site*, no entanto, não obtivemos retorno. De qualquer forma, conforme o portal de notícias G1, divulgado em 05/12/2013, “Fortaleza tem o 4º maior índice de pessoas que se dizem ter sido vítima de violência, segundo a primeira edição da Pesquisa Nacional de Vitimização, divulgada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça”. De acordo com o IPECE (2013, p. 12), que retrata os resultados de uma pesquisa intitulada “Caracterização espacial dos homicídios dolosos em Fortaleza”:

[...] é possível perceber que existe uma importante associação espacial entre indicadores socioeconômicos e a criminalidade na capital cearense, na medida em que aqueles bairros mais violentos são os que apresentam elevadas faixas de densidade demográfica entre jovens, maiores níveis de pobreza, menores taxas de alfabetização e menores valores médios de renda domiciliar per capita e, portanto, estão mais sujeitos a uma maior persistência da violência.

No caso, dos jovens assassinados, no mesmo bairro, buscamos informações concretas e objetivas no que concernia ao nosso objeto de estudo, os jovens vitimados pela violência no Bairro

Barroso. Para isso, indagamos aos seus familiares, no caso, suas mães, sobre as características dos mesmos, tais como: sexo, idade, ano do óbito, cor, grau de escolaridade, se estudavam quando vieram a óbito, ocupação, o motivo que os levou ao óbito e qual o tipo de arma (de fogo ou arma branca). Para tanto, podemos observar o perfil desses jovens, como segue na Tabela 2, abaixo:

Tabela 2: Dados dos jovens vítimas da violência

Informações	Jovem A	Jovem B	Jovem C	Jovem D²²	Jovem E
Sexo	Feminino	Masculino	Masculino	Masculino	Masculino
Idade	15	16	16	16/26/28	18
Ano do Óbito	2012	2013	2012	2012	2013
Cor	Parda	Branco	Pardo	Pardo	Pardo
Escolaridade	Ens. Fund. Completo	Ens. Fund. Incompleto	Ens. Fund. Incompleto	Ens. Fund. Incompleto	Ens. Fund. Completo
Estudava	Sim	Não	Não	Não	Não
Trabalho/ocupação	Não	Não	Não	Não	Não
Motivo do óbito	Passional	Assalto	Tráfico de drogas	Indefinido	Tráfico de drogas
Tipo de arma	Arma de Fogo	Arma de Fogo	Arma de Fogo	Arma de Fogo	Arma de Fogo

Fonte: Pesquisa direta, 2015.

Conforme informações prestadas pelas famílias das vítimas contidas na Tabela 2, é possível afirmar que os jovens assassinados eram majoritariamente do sexo masculino, foram assassinados nos anos de 2012 e 2013, com idade entre 15 e 18 anos, não possuíam ocupação e possuíam defasagem escolar em relação à idade, devido à evasão escolar. Conforme relato da Família C, no que se refere à frequência escolar: “Meu filho deixou de frequentar a escola, dizia que ia para a escola, mas já não chegava mais no destino, ficava na boca vendendo droga. Infelizmente, muitos jovens aqui pensam que ganham muito mais dinheiro vendendo droga do que estudando”. (Entrevista realizada em 17/04/2015). Quanto ao motivo que levou ao óbito destes jovens, temos a família A, a qual a vida de sua filha foi ceifada por motivo passional. A família B perdeu seu filho por ter reagido a um assalto. Já os motivos que levaram à perda dos filhos das famílias C e E para a violência se deve ao envolvimento com o tráfico de drogas, e por último temos a família D, a qual não soube informar qual motivo levou ao assassinato de seus filhos, sendo todos com arma de fogo.

²² De acordo com a entrevista, a mãe responsável da família D relatou que teve 3 de seus 7 filhos foram assassinados ao mesmo tempo. A idade dos mesmos era, respectivamente: 16, 26 e 28.

Diante das informações dispostas nas Tabelas 1 e 2, correlacionadas com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)²³, com estudos realizados pelo IPECE (2012), com os dados estatísticos da SSPDS, com as falas das famílias e da presidente da Associação Sol da Manhã, parece evidente que a falta de atrativos para esses jovens frequentarem a escola e, conseqüentemente, o envolvimento com o tráfico de drogas, seriam umas das explicações para a alta taxa de homicídio entre os jovens no Bairro Barroso, evidenciando assim uma relação entre tais causalidades e a vulnerabilidade social.

Cabe colocar que, quanto à cor dos jovens assassinados no Bairro Barroso, 80% de nossa amostra é da cor parda. Embora não seja o objeto de estudo deste TCC, dada a relevância da questão racial, decidimos incluí-la no questionário. Existem inúmeros autores, que sustentam a existência de uma relação intrínseca e indissociável entre questão social e preconceito racial. A violência, a desigualdade social, a marginalização dos indivíduos, dentre outras, nos centros urbanos, é uma das expressões materializadas da questão social, demonstrando assim a situação de vulnerabilidade social em que se encontra esta população, conforme assegura Ianni (2004). Além disso, estudos indicam que a taxa de homicídio entre os jovens negros é maior comparativamente com os jovens brancos.

De acordo com a pesquisa intitulada Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial²⁴ (2014), realizada pelo do Ministério da Justiça em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, dos 29,9 mil jovens brasileiros vítimas de homicídios em 2012, 76% eram negros ou pardos. Nesse período no Ceará, a taxa de homicídios entre a população jovem negra era 4 vezes maior que a mesma taxa da população branca. Entre os jovens negros são 58 homicídios por 100 mil habitantes. No ano de 2007 e 2012 foram vítimas de homicídio 109 e 124 jovens brancos, respectivamente, um aumento de 14%. Com relação à população de jovens negros para os mesmos anos foram assassinados 798 e 1.134 representando um aumento de 42%.

Muito embora não tenhamos encontrado dados quantitativos da população de jovens negros residentes no Bairro Barroso e nem quantos desses jovens assassinados eram negros, tais informações corroboram, concomitantemente, com as informações prestadas pelas famílias participantes de nossa pesquisa, para evidenciar a relevância e a complexidade que envolvem a

²³ De acordo com o Ministério da Justiça, idealizador do estudo, o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade (2014, p. 12) tem como objetivo mensurar a vulnerabilidade à violência entre adolescentes e jovens de 12 a 29 anos para as 27 unidades da federação e incorporar a existência de desigualdades de raça/cor a partir do risco relativo de negros e brancos serem vítimas de homicídios.

²⁴ De acordo com PNAD, realizada pelo IBGE e divulgada em 2013, o Estado do Ceará possuía cerca de 80 mil jovens entre 15 a 17 anos fora da escola.

questão racial correlacionada com o contexto histórico, político, econômico e cultural do Brasil, como afirma Ianni (2004).

3. Características dos domicílios. Procuramos investigar o perfil socioeconômico desses jovens assassinados que residiam no Bairro Barroso. Para isso, analisamos o perfil dos domicílios por meio do questionário aplicado a partir da infraestrutura do imóvel, englobando: a condição da moradia, número de famílias residentes nos imóveis, a procedência da família, o tipo da construção, a quantidade de cômodos, se está situada em área de risco, a rede de esgoto, o abastecimento de água, a rede elétrica, as condições da rua e a destinação do lixo.

Ao adentrarmos em campo, observamos as peculiaridades do local, onde esses jovens residiam com suas famílias, buscando com isso conhecer um pouco da realidade vivida, do dia-a-dia dos mesmos, além do próprio olhar de seus familiares, como segue disposto na Tabela 3 abaixo:

Tabela 3: Características dos domicílios das famílias

Habitação	Família A	Família B	Família C	Família D	Família E
Condição da moradia	Ocupada	Cedida	Ocupada	Cedida	Ocupada
Coabitação	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Procedência da Família	Fortaleza	Interior	Fortaleza	Fortaleza	Fortaleza
Tipologia da construção	Alvenaria	Lona	Alvenaria	Alvenaria	Alvenaria
Nº de residentes	5	5	6	8	4
Quantidade de cômodos	3	1	2	2	3
Área de risco	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Rede de água	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Coleta de esgoto	Não, fossa com tampa.	Não, fossa sem tampa.	Não, fossa com tampa.	Não, fossa com tampa.	Não, fossa com tampa.
Rede elétrica	Sim clandestina	Sim clandestina	Sim oficial	Sim clandestina	Sim oficial
Tipo de pavimentação	Paralelepípedo	Piçarra	Piçarra	Piçarra	Paralelepípedo
Destinação do lixo	Contêiner	Terreno baldio	Contêiner	Contêiner	Contêiner

Fonte: Pesquisa direta, 2015.

Como podemos observar na Tabela 3 quanto às características dos domicílios, onde esses jovens residiam com seus familiares e, como nós mesmos observamos quando estivemos em campo, no que diz respeito às condições de habitação, os imóveis são: ocupados ou cedidos, construídos de forma irregular, vivendo em sua grande maioria na condição de coabitação em

residências de alvenaria, sendo procedentes da Cidade de Fortaleza, com exceção de uma família que veio do Interior do Estado.

No tocante ao número de moradores por residência, temos uma média de 5,6 indivíduos²⁵. Para o mesmo bairro, de acordo com o último Censo realizado pelo IBGE no ano de 2010, a média de moradores por domicílio era de 3,6. Tal dado demonstra que as famílias pesquisadas são numerosas, aparentando existir uma superlotação de indivíduos por domicílio.

Com relação à quantidade de cômodos, quando correlacionados ao número de indivíduos residentes, identificamos uma superlotação de habitantes por cômodos, além de uma taxa média de indivíduos por residência acima da média do Município. Para tanto, observamos que a quantidade média de indivíduos por residência é de 5,6. Quando tais dados são comparados ao censo de 2010, realizado pelo IBGE, quando a cidade de Fortaleza possuía uma média de 3,43 indivíduos por residência, fica evidente que estas famílias participantes de nossa pesquisa estão acima da média da cidade. Sendo assim, por si só, este dado é preocupante haja vista a quantidade média de cômodos²⁶ por indivíduos, 0,39, excluindo o banheiro.

De acordo com Cardia e Shiffer (2002, p.25), tal situação indica que os espaços domésticos possuem usos múltiplos (salas e cozinhas são usadas como dormitórios), o que segundo as autoras concorre para o *stress* familiar, pois leva a um desconforto psicológico e à falta de privacidade para os adultos, fomentando assim, o conflito interpessoal. Em estudos realizados pelas mesmas autoras, na cidade de São Paulo, identificaram que: “às áreas com maior ocorrência de homicídios são também aquelas que apresentam maior congestionamento domiciliar”, o que nos parece evidente nas famílias pesquisadas.

No que diz respeito às informações prestadas pelas famílias sobre estarem ou não vivendo em local considerado como área de risco, elas citaram a questão da violência e dos constantes alagamentos quando chove, como fatores de risco. Entretanto, analisando a fala e o questionário das famílias, e, de acordo com Janczura (2012), existe uma distinção clara entre risco e vulnerabilidade social, muito embora os dois conceitos sejam intrinsecamente relacionados, como mencionado no Capítulo 2, tópico 3.3.

No entanto, para as responsáveis pela família o significado de risco social e vulnerabilidade social se entrelaçam, tendo em vista que as mesmas não fazem distinção entre os mesmos.

²⁵ Para se chegar à média aritmética de indivíduos residentes por unidade habitacional somamos o total de habitantes por residência e dividimos pelo número de famílias, no caso cinco, chegamos assim, a uma média de 5,6 indivíduos por unidade habitacional, como segue: $(5+5+6+8+4)/5 = 5,6$.

²⁶ Para se chegar à média aritmética de cômodos por indivíduos somamos o número total de cômodos das cinco famílias da Tabela 3 e dividimos pela soma total de indivíduos residentes de todas as famílias da Tabela 1, como segue: $(3+1+2+2+3)/28 = 0,39$.

Lembrando que o risco social está relacionado ao perigo iminente, com potencialidade de dano à vida. Quanto à vulnerabilidade social, esta, está relacionada ao conceito de suscetibilidade, podendo esta levar os indivíduos à situação de risco social. No caso em análise, enquadra-se este segundo conceito para a questão da violência e alagamentos mencionados pelas famílias.

No que tange à questão da coleta de esgoto e à pavimentação das ruas, observamos que as residências se encontravam em situação precária. Para a coleta de esgoto, conforme o questionário, podemos observar que a prática mais comum é a construção de fossas, algumas com tampa de concreto outras sem tampa (Família B).

Dando pujança a tais informações, de acordo com o jornal Diário do Nordeste, divulgado em 02/10/2013, “a cidade de Fortaleza está coberta em 53,6% da sua coleta de esgoto, e, no Estado, esse índice cai para 36%”. No bairro Barroso, conforme o IPECE (2012), no ano de 2010 apenas 48,72% dos domicílios do bairro se encontravam ligados à rede de esgoto.

Quanto à questão das vias, no deslocamento até a Associação Sol da Manhã, de antemão constatamos que as mesmas são em sua maioria de piçarra, com muitos buracos e de difícil acesso, o que nos foi também reiterado pelas famílias. No que se refere ao consumo de água no bairro, segundo o IPECE (2012), 96,15% das residências estão ligadas à rede, no entanto, dentre as famílias pesquisadas apenas 80% destas são atendidas pela rede de água da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE).

As demais informações que estão contidas na Tabela 3, referentes à rede de energia elétrica e ao serviço de coleta de lixo, de acordo com as informações repassadas pelas famílias, a respeito da existência de rede de energia elétrica oficial, vêm na contramão da pesquisa feita pelo IPECE (2012). De acordo com este órgão, 99,51% das famílias residentes no Bairro Barroso possuem ligação de energia elétrica oficial, todavia, as famílias por nós pesquisadas em sua maioria não a possuem, sendo nos relatado que se utilizam de “gato”, para terem energia elétrica. Quanto à coleta de lixo, 80% das famílias pesquisadas possuem este serviço público, no entanto, ainda de acordo com o IPECE (2012), o Bairro Barroso se encontra entre os dez bairros com menor percentual de coleta de lixo por domicílio com 95,70%.

Por fim, com relação às variáveis levantadas para este estudo da Tabela 3, é possível estabelecer um paralelo com o levantamento feito pelo IPECE (2012). Em estudo realizado por este órgão sobre as condições domiciliares dos bairros do município de Fortaleza, o mesmo se utilizou de cinco variáveis²⁷, destas, quatro estão contidas em nosso questionário relativo à infraestrutura

²⁷ O IPECE (2012) criou um índice, com um ranking dos 119 bairros pesquisados de Fortaleza a fim de verificar o percentual de domicílios atendidos pelo indicador de infraestrutura. As variáveis que compõem esse índice são o

dos domicílios, onde o Bairro Barroso ficou na posicionado na 106ª posição dos 119 bairros pesquisados.

Portanto, de uma forma geral, a leitura que fazemos, a partir da observação, ao nos dirigirmos até o local, pelo questionário aplicado as famílias e pela própria comunidade aqui representada pela presidente da Associação Sol da Manhã, que nos relatou o cotidiano do bairro, percebemos que existe um completo abandono pelo setor público, dada a “quantidade de sobreposição de carências”, utilizando aqui as palavras de Cardia e Shiffer (2002, p.31).

Sendo assim, ao nosso ver, antes mesmo de analisarmos a quarta e última variável, é possível afirmarmos que, assim como os jovens assassinados pela violência, a população do Bairro Barroso, de uma forma geral, encontrava-se e continua encontrando-se em uma situação de vulnerabilidade social, como será reiterado em nossa análise que segue abaixo, verificando a disposição de equipamentos sociais para o Bairro Barroso.

4. Disposição de equipamentos sociais. Esta variável busca verificar a existência ou não de equipamentos sociais voltados para os jovens do Bairro Barroso. Procuramos, assim, mensurar quantitativa e qualitativamente os mesmos. Para tanto, quando tratarmos de equipamentos sociais nos referimos às escolas, aos postos de saúde, às instituições de segurança pública e às áreas de lazer. Cabe destacar que estamos considerando neste momento as relações que existiam dos jovens vítimas de homicídio e de seus familiares com a comunidade e com o Estado, se fazendo presente aqui por meio dos equipamentos sociais disponíveis no Bairro Barroso.

Portanto, dentro desta concepção, os equipamentos sociais são a materialização das políticas públicas, adotadas pelo Estado para com uma determinada população, no caso, materializada aqui para os indivíduos residentes no Bairro Barroso e, em especial, voltadas para os jovens, compreendidas nesta pesquisa por meio das famílias dos jovens assassinados, pela nossa observação e por dados levantados junto ao IPECE.

Para tanto, ao fazermos uma análise crítica dos programas de políticas públicas disponíveis no bairro, buscamos embasamento teórico. Sendo assim, quando analisamos as políticas públicas temos em mente suas dimensões, quais sejam: os critérios para implantação, acompanhamento e avaliação; e o corpo teórico, formado pelos conceitos, ideias e valores. Tais dimensões são imprescindíveis como meios norteadores para qualquer política pública, conforme discorridas por Rodrigues (2008), no tópico 3.4 do Capítulo 2 deste trabalho monográfico. Além disso, estamos

percentual de domicílios: com coleta de lixo; ligados à rede de água; a energia elétrica; com banheiro de uso exclusivo do domicílio e a existência de rede de esgoto. Destas cinco variáveis quatro estão contidas em nosso questionário pesquisado com as famílias dos jovens assassinados, quais sejam: coleta de lixo; rede de água; energia elétrica e rede de esgoto.

considerando em nossa análise que “a política pública faz a política, que irá encontrar diferentes formas de apoio e rejeição em torno de sua decisão”, segundo afirma Lowi (1964; 1972 apud SOUZA, 2006, p. 20-45).

Diante dos pressupostos supracitados, as informações prestadas pelas famílias dos jovens assassinados estão contidas na Tabela 4 e 5, como segue:

Tabela 4: Disposição de equipamentos sociais no bairro Barroso

Informações	Família A	Família B	Família C	Família D	Família E
Posto de saúde no bairro	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Segurança pública é presente	Não	Não	Não	Não	Não
Existem locais para atividades de lazer voltado para os jovens	Não	Não	Não	Não	Não
Existem atividades de lazer voltadas para os jovens	Não	Não	Não	Não	Não
Existem oficinas profissionalizantes voltadas para os jovens	Não	Não	Não	Não	Não
Existe escola pública de tempo integral	Não, só uma de tempo parcial.	Não	Não	Não	Não

Fonte: Pesquisa direta, 2015.

De uma forma geral, ao passarmos os olhos sobre a Tabela 4, percebemos que as políticas públicas materializadas nos equipamentos sociais, à disposição das famílias e dos jovens residentes no Bairro Barroso, não se fazem presentes, tampouco trabalhos sociais e/ou profissionalizantes, conforme nos foi relatado. Tal afirmação está embasada por meio das informações prestadas pelas famílias, e pela nossa observação, quando adentramos em campo e por estudos já realizados pelo IPECE. Conforme podemos observar, tais políticas estão na contramão do que é recomendado pelo IPECE (2012, p. 86):

Como se evidencia os bairros com baixa renda devem ser prioridades no que diz respeito às políticas públicas. A melhoria do bem-estar desta grande parcela da população fortalezanse deve ser pautada pela eficiência e eficácia dos gastos municipais em forma de bens públicos e infraestrutura urbana de melhor qualidade. Por exemplo, obras de infraestrutura pública como iluminação, pavimentação, saneamento, abastecimento de água, escolas, creches, postos de saúde e etc. [...] os

bens públicos têm impacto positivo sobre a formação de capital humano das futuras gerações o que garantirá a saída dessas famílias da armadilha da pobreza, mitigando as tensões sociais causadas pela má distribuição da renda. Além disso, a aglomeração de bairros ricos em uma única regional administrativa exige investimentos consideráveis em mobilidade urbana, dado que boa parte da população dos bairros mais pobres depende dos postos de trabalho gerados nos bairros mais ricos.

Dentre os itens levantados nesta quarta parte do questionário, o que nos chamou a atenção, se refere principalmente à questão da segurança pública. No questionário quando indagamos sobre a eficiência e efetividade da segurança pública no bairro, tivemos respostas negativas. Confrontando tais informações com as entrevistas das mães e da presidente da Associação Sol da Manhã, é possível afirmar que a polícia existe, mas é opressora. Portanto, nos parece que o trabalho desempenhado pela mesma, no Bairro Barroso, é muito mais no sentido repressivo do que preventivo. Quanto à educação, existem duas escolas de nível fundamental no bairro, quais sejam: Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental (EMEIF) Otávio de Farias e EMEIF Sinó Pinheiro, ambas em tempo parcial. Na área da saúde, para atendimento às demandas do Bairro Barroso, com uma população de aproximadamente 30 mil moradores, existe apenas um posto de saúde, o Centro de Saúde Familiar (CSF) Waldo Pessoa, que não dispõe de atendimento pediátrico, conforme informações disponíveis no *site* da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Portanto, conforme informações dispostas na Tabela 4 e 5, os equipamentos sociais, disponíveis para a população e, principalmente, para o combate à violência entre os jovens do bairro, no que diz respeito à segurança pública, à saúde, à educação, seja ela profissionalizante ou não, e ao lazer, os mesmos são precários e/ou inexistentes. Desta forma, a vida nesta localidade nos pareceu impor graves limitações.

No que diz respeito às últimas duas indagações do questionário socioeconômico, disposta na tabela 5, abaixo, sob a ótica das responsáveis pela família, buscamos verificar qual a relação existente entre violência e a juventude no bairro Barroso.

Tabela 5: Relação violência e juventude no bairro Barroso

Informações	Família A	Família B	Família C	Família D	Família E
Motivos que levaram a violência entre os jovens	Falta de oportunidade	As drogas	As drogas	As drogas	As drogas
Como você vê as políticas públicas de combate a violência entre os jovens	Não existe somente a repressão da polícia	Não existe	Não existe somente a polícia	Só a polícia	Não tem

Fonte: Pesquisa direta, 2015.

Como pode ser observado na tabela acima, a violência destes jovens está intimamente ligada ao tráfico de drogas, e, há não existência de uma política pública voltada para o combate da mesma. Haja vista que, a única política pública voltada para o combate à violência, de um modo geral, é a repressão por meio da segurança pública ostensiva, conforme afirmam as responsáveis pela família em seus depoimentos, discorrido no item 4.2, que analisa as falas das mesmas como segue.

4.2 Buscando compreender a situação da violência que vitimou os jovens no Bairro Barroso através da fala de seus familiares

A pesquisa de campo se deu com as mães que tiveram seus filhos vitimados pela violência no Bairro Barroso. Primeiramente, devemos esclarecer que, mesmo não estando prevista a utilização da ferramenta entrevista em nossa pesquisa de campo, a partir do momento em que percebemos a disposição das famílias em relatar suas histórias de vida, achamos por bem fazer uso desta técnica. Porém, convém colocar ainda que as mesmas foram feitas de forma informal e espontânea, apenas guiadas pelas 8 questões abertas elaboradas para as entrevistas. Ainda no tocante as entrevistas, no primeiro momento que percebíamos um desconforto com as narrativas, nós as interrompíamos. Inclusive com a Presidente da Associação. Achamos pertinente trazermos aqui sua narrativa, devido à mesma ser moradora do bairro há mais de 20 anos, convivendo cotidianamente com a realidade destas famílias, bem como do próprio bairro.

Assim, começamos com a presidente da Associação Sol da Manhã, indagamos à mesma sobre como é a realidade das residências, bem como a infraestrutura que o bairro oferece para os jovens e as famílias residentes no mesmo. Ela disse que: “[...] aqui no bairro, muita residência são de lona ou de barro. Posto de saúde só tem um, e, hospital mais próximo só o Frotinha de Messejana, que não atende criança”. (Entrevista realizada em 17/04/2015).

Nesse momento, percebemos a entrevista como um desabafo por parte da entrevistada com a falta de equipamentos sociais voltados para o Bairro Barroso. Quando a interpelamos sobre sua percepção acerca da violência entre os jovens no bairro, esta falou que:

[...] o principal motivo da violência é a falta de emprego, é onde os jovens acabam se envolvendo com as drogas e no mundo da criminalidade, porque não têm oportunidade. No bairro só existe um campinho de futebol para o lazer ou se os jovens forem até o Cuca do Bairro São Cristóvão²⁸. A segurança pública é a grande

²⁸ De acordo com o *site* da Prefeitura Municipal de Fortaleza, o Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Cuca) Luiz Gonzaga, localizado no bairro São Cristóvão (Regional VI), atende crianças, adolescentes e jovens de 28 bairros. Neste equipamento social está a disposição para uso da população: um ginásio poliesportivo coberto, um campo

dificuldade em falar sobre isso. Tenho até medo, porque existem policiais que realmente honram a farda que vestem. Mas existem muitos policiais corruptos, que chegam metendo a peia, mandando os jovens darem conta disso, darem conta daquilo, não querem nem saber qual o motivo que foi. Existe uma grande dificuldade na parte da segurança. As crianças ainda crianças já são marginais, pois nunca tiveram nenhuma oportunidade. Os adultos que colocam as crianças nesse mundo, mas não têm como vive 24 horas com as crianças presas. O caminho para a escola é perigoso e a volta também. Outro problema sério que leva a violência é a droga. Os maiorzinhos quando os menores estão saindo do colégio eles já chamam convidando para vender droga, se sentindo os donos da situação, a polícia vem prende daqui alguns dias eles voltam e tão fazendo tudo de novo a mesma coisa. (Entrevista realizada em 17/04/2015)

Como podemos observar, através da narrativa da presidenta, com relação à violência entre os jovens no bairro, nos parece que, para a mesma, está relacionada com o tráfico de drogas, a falta de trabalho e lazer. Quanto ao trabalho da polícia, enfatizado pela mesma, a qual teme, trata-se da falta de segurança pública, principalmente ao “tipo” de policiamento feito no bairro. Tal colocação transparece que a segurança pública, um dos itens levantados na entrevista, caminha da direção da repressão ao invés da prevenção.

Desta forma, dentro do contexto socioeconômico em que estavam inseridos os jovens vitimados, nos chamou a atenção o relato da Presidente da Associação sobre a atuação da polícia, pois esta deve ser apenas um dos atores de combate à violência, tendo em vista que representa um dos equipamentos sociais dispostos pelo Estado. Observamos assim, por meio do seu relato, que a polícia combate a violência com mais violência. Sabemos que a polícia tem um papel em nossa sociedade, de controlar a violência. No entanto, por si só, de forma isolada e repressiva, segundo dados da SSPDS, do IPECE, dos depoimentos das famílias que perderem seus filhos, vitimados pela violência, e da Presidente da Associação Sol da Manhã, nos parece que a mesma não está alcançando seus objetivos. Observamos que o caminho adotado pelo poder público no combate à violência no Bairro Barroso é justamente o oposto, na medida em que o mesmo vem se utilizando apenas da força policial e de maneira repressiva. Conforme Iamamoto (2009, p. 42):

[...] a imagem da pobreza é radicalizada: é o perigoso, o transgressor, o que rouba e não trabalha, sujeito à repressão e a extinção. São as “classes perigosas”, e não mais laboriosas, destinatárias da repressão. Reforça-se assim a violência institucionalizada, colocando-se em risco o direito à própria vida.

Sendo assim, para que as políticas públicas, sejam elas em nível Federal, Estadual ou Municipal, tenham êxito no combate à violência, se faz necessária uma atuação em conjunto de forma integrada e adequada para cada situação, região e cultura. Portanto, é imprescindível o empenho, em conjunto, por parte do Estado e da sociedade civil no combate à violência, haja vista que as mesmas dependem e resultam do conflito de interesses políticos e sociais, conforme afirmam Rodrigues (2008) e Souza (2006).

Ainda em relação às políticas públicas e, em especial, às políticas sociais, tidas como um “tipo” particular de política pública, Iamamoto (2009) defende que as mesmas devem ser planejadas e implementadas, tendo-se em mente que estas se expressam na intervenção do Estado frente às inúmeras expressões da questão social. Tais expressões são estudadas em nossa pesquisa, materializadas na violência entre os jovens do Bairro Barroso. Os indivíduos que lá residem representam, assim, uma pequena parcela da população esquecida “nos marcos da expansão urbana e da progressiva hegemonia do capital industrial e do capital que rende juros”. (IAMAMOTO, 2009, p.258)

Quanto à entrevista com as famílias, perguntamos à responsável da família A, sobre o motivo que levou sua filha ao óbito e sobre a questão da violência no bairro. A mãe da jovem assassinada relatou que:

O principal problema é a segurança. Minha filha ainda menina, teve um relacionamento amoroso com um traficante, que pedia para os moradores emprestarem o apartamento pra ele, e, todo mundo emprestava porque o povo tem medo. Nessas idas aos apartamentos, em um dia pela manhã o traficante sai correndo atrás de um carro falando que ela tinha se atirado com a arma, mas a verdade é que ela ia me contar que não era mais moça que tinha um caso com ele (o traficante). Ai ele, pra ela não fazer isso atirou nela, depois o traficante pediu pra um vizinho levar ela pra um hospital e ele entrou em um carro e sumiu. Ela morreu a caminho do hospital, e, ele tá até hoje tá solto. (Entrevista realizada em 17/04/2015).

Observamos por meio da fala da mãe dessa jovem assassinada, que sua filha possuía um “relacionamento amoroso” com um traficante de drogas que as pessoas temiam, nos chamando atenção assim para a questão do seu laço familiar. A família é um elemento decisivo da constituição dos jovens, pois além de fazer a proteção, a mesma possui uma dimensão cultural, como explica Castel (1994, p. 42) “que é, ao mesmo tempo, uma maneira de habitar um espaço e de partilhar dos valores comuns sobre a base de uma unidade familiar”. O mesmo autor afirma ainda que:

[...] a partilha de modos de vida enraizados em uma tradição, a participação em valores concretos que, através do investimento nas práticas comuns e na

cumplicidade produzida pelo sentimento de pertencer a um mesmo meio, estruturam a vida cotidiana e dão sentido à sua reprodução (CASTEL, 1994, p. 39).

Desta forma, correlacionando a questão familiar e cultural, defendida por Castel (1994), conjuntamente com o perfil socioeconômico da família, fica clara a situação de vulnerabilidade social em que se encontrava a jovem quando foi assassinada, caracterizando a proximidade da mesma com a violência.

Por fim, observamos ainda a questão da impunidade dos traficantes, o que corrobora para a cultura do medo, mantendo as famílias muitas vezes em silêncio, receosas de possíveis represálias, caso haja algum tipo de denúncia. Esta afirmativa fica clara quando a responsável da família A relata que “todo mundo empresta porque o povo tem medo”, se referindo ao pedido pelos traficantes para que as famílias emprestem suas residências.

Quando indagamos sobre as circunstâncias do homicídio do filho, à responsável da família B ela relatou o seguinte:

Meu filho foi vítima de um assalto, trabalhava no CAPES do São Cristóvão, ele reagiu, e aí mataram ele. Agora inventaram uma tal de Babilônia, entre o Barroso II e o Novo Barroso. Essa Babilônia realmente é uma “Babilônia”. Ali sim é o verdadeiro inferno, eles matam de 3, 4 de uma vez, e, se a família não procura um jeito de busca os corpos eles enterram lá mesmo. Essa guerra é por causa de uns traficantes que tentam invadir a área dos outros. É horrível viver aqui. Pra você entra aqui tem que se a negócio, quem não for pra entra só mandando avisar antes, pois nem a polícia entra fácil. Nosso bairro é considerado da mais alta periculosidade. Não existe nenhum tipo de trabalho social sendo feito. Não vejo compromisso nenhum do Governo com a comunidade. Cada dia pior que o outro. As escolas, alguns estudam na escola Paulino Rocha que é no Castelão e outras no Bairro Jardim União. Aí quando acontece deles tá em crise os estudante que moram no Barroso I não podem passa, porque tem que atravessar o bairro para poder ir. Segurança, o que a gente queria mesmo é que o Governo do Estado formasse melhor os policiais porque quando eles batem, batem mesmo, até sangrar pela boca. Será que não tem outro meio para se resolver? Botá pra trabalhar pra vê se aprende alguma coisa, mas não fazem isso. Apenas batem, batem e batem pegam tudo o que eles tem, e se acabou. Aí eles falam “nóis perdemo aqui vamo ganha ali”. É dessa forma que a gente escuta, não tem outra forma, “perdendo aqui vamo faze outro assalto melhor pra pode recupera”, eles falam normalmente. Jovem a partir de 12 anos você já pode fica com medo, imagine o menino já com uma arma. Tive uma prima que teve que voltar para o interior porque ela perdeu a casa dela para os traficantes, “tem que sair, se vira, arruma outro lugar”, assim que eles falam e já entram outras pessoa. (Entrevista realizada em 17/04/2015).

Considerando a entrevista e interconectando com nosso referencial teórico, encontramos evidências entre a vulnerabilidade social e a violência na família B. Observamos primeiramente que, de acordo com a mãe do jovem, ele veio a óbito depois de ter reagido a um assalto. Esta mãe, além de contar a estória do assassinato do seu filho, falou também sobre a segurança pública, tráfico

de drogas e a disputa por território entre traficantes no bairro. Por meio deste depoimento, percebemos claramente que tais situações relatadas fazem parte de seu cotidiano, e que se mostra muito preocupada com a questão da insegurança. No entanto, entendemos que existe um conjunto de “circunstâncias”, que remetem os jovens a viverem nesta dinâmica socioeconômica e cultural de violência. Circunstâncias estas impostas pelas transições sociais, pelos movimentos de industrialização, com correntes migratórias com destino às periferias dos grandes centros urbanos, citando aqui Furtado (1977).

Portanto, nos parece bastante óbvio que diante de tais transformações, esse seria um terreno fértil para a extrapolação da questão social, materializada em nosso estudo, na relação entre vulnerabilidade social e a violência. Tendo em vista que esse movimento das grandes massas de população que passam a viver sob condições de extrema pobreza, expostas a novos comportamentos e sem condições econômicas de realizarem suas aspirações, acaba por se materializar na violência, no caso, no homicídio, principalmente entre os jovens, como relatado pela família B.

Optamos por apresentar a entrevista com a família D, por entendermos que a violência que levou ao óbito de seus filhos, aparentemente não havia relação com drogas, e sim com a insegurança, como segue. Primeiramente, cabe colocar que a entrevista com a mãe, no caso, dos jovens assassinados, teve que ser interrompida, pois a mesma começou a chorar. A mesma relatou:

Tenho sete filhos. Mataram 3 de uma vez só (16, 26, 28 anos). O mais velho tinha emprego fixo. Parrou um carro e deram 7 tiros. A até hoje não descobriram quem foi e nem o motivo, apenas comentário de que talvez tenha sido a polícia reservada, mas não acredito, pois eles não deviam nada pra polícia. Outros falam que foi uma discussão que aconteceu no campinho de futebol. A gente não pode querer saber muito qual foi o motivo que a gente tem até medo. Como eles mesmo diz você está sabendo demais, morre!!! (Entrevista realizada em 17/04/2015).

Observamos que a família é numerosa e que foram assassinados de uma única vez três dos seus sete filhos. Percebemos que, muito embora, segundo a fala da mãe dos jovens assassinados, “não deviam nada para a polícia”. Houve uma discussão entre jovens no campo de futebol, ficando assim o motivo pelo qual foram vitimados pela violência indefinido. No entanto, parece existir uma possível “relação” com a referida discussão com os outros jovens. Além disso, percebemos em sua fala e nas suas expressões, medo em falar sobre o assunto. De qualquer forma, a violência neste caso está diretamente relacionada com a insegurança, relatada pela família D, e a certeza da impunidade, no caso, dos assassinos que ceifaram a vida destes jovens.

Com relação às responsáveis pela família C e E entrevistadas, os motivos que levaram ao óbito de seus filhos, segundo elas, nos pareceu serem casos semelhantes, no caso, envolvimento com o tráfico de drogas. Como segue o relato da mãe C, que falou:

Tenho 8 filhos, o mais jovem tinha de 16 anos. Mataram porque começou a se envolver com drogas. Meu filho deixou de ir pra escola, dizia que ia pra escola, mas já não chegava mais no destino. Ficava na boca da droga, vendendo droga, aparecia com uma michariazinha que eles dão pra agradecer. Quando foi uma vez ele perdeu ou usou, o traficante foi lá e deu um tiro na cabeça. Me contaram que ele ainda se levantou, ai o traficante falou: “ainda não morreu não”, ai ele voltou e descarregou o revolver. Infelizmente, muitos jovens aqui pensam que ganham muito mais dinheiro vendendo droga do que estudando. (Entrevista realizada em 17/04/2015).

Quanto à família E, a mãe do jovem assassinado nos relatou o seguinte:

Tenho 3 filhos, o mais velho de 18 anos morreu. Os traficantes pegaram, prenderam a noite inteira deram peia à noite toda para ele dá conta de uma droga que tinha faltado. Quando soltaram ele saiu cambaleado chegou num canal aqui perto e morreu. Acho que ele se viciou também. (Entrevista realizada em 17/04/2015).

Primeiramente, podemos afirmar que ambas as famílias são numerosas, além disso, possuem histórias de assassinatos parecidas. Com relação à fala das mães destes jovens, percebemos evidências da influência do tráfico de drogas sobre a vida de seus filhos. Tal influência se mostrou tão profunda, no caso da família C, que seu filho deixou de frequentar a escola para trabalhar para o tráfico de drogas. Através do comportamento adotado por estes jovens envolvidos com o tráfico de drogas, observamos que tal comportamento está diretamente relacionado com a exclusão dos mesmos pelo sistema, tanto no âmbito social quanto econômico em que viviam. Exclusão econômica, na medida em que desprivilegia os mesmos de poderem adquirir produtos dadas as condições de suas famílias, conforme perfil socioeconômico disposto do tópico 4.1. No que concerne ao abandono social, estamos nos referindo à questão de os mesmos não frequentarem mais a escola, ou qualquer tipo de projeto de inclusão social (não existem projetos desta natureza no bairro). Desta forma, diante de tal situação, caberia um acompanhamento por parte do Estado, dada a condição de vulnerabilidade social em que se encontravam os mesmos. Os jovens potencialmente suscetíveis aos aliciadores do tráfico de drogas são segundo Minayo (1991, p.57):

[...] os que possuem uma limitada possibilidade de usufruir dos bens sociais, culturais e econômicos e que vivem na pele a face repressiva do Estado, desde seu nascimento. São estas crianças, oriundas das famílias abandonadas, que lutam em meio à sociedade onde os direitos humanos e civis ainda são apenas um sonho,

enquanto recebem propostas vantajosas, de lucro fácil, especialmente dos grupos do narcotráfico.

Bebendo da fonte de Marx (1987) o qual nos auxilia a desvelar as falas das mães destes jovens, vitimados, para assim melhor compreendê-las. Dessa forma, devemos considerar as relações travadas na estrutura de nossa sociedade capitalista, pois esta, ao mesmo tempo em que fomenta o consumismo, instigando os indivíduos a saciar suas necessidades no âmbito do mercado, travestindo-os de consumidor, também os impelem. Dado que suas necessidades são socialmente determinadas por esta mesma estrutura através do processo de acumulação de capital. Este processo concentra as oportunidades e os meios de saciedade nas mãos de uma parcela de consumidores, negando à outra ainda maior tais possibilidades, sendo a única forma de acesso aos bens e serviços através do dinheiro.

Portanto, as relações entre vulnerabilidade, exclusão e violência nos sugerem que o estudo desse tema, aqui materializadas nas falas das mães dos jovens assassinados, deve remeter à questão do desequilíbrio entre a disponibilidade de recursos materiais e simbólicos e o acesso às oportunidades sociais, econômicas e culturais oferecidas pelo Estado, mercado privado e sociedade civil. Dessa forma, o estudo da precarização da sociabilidade e negação do status social pode evidenciar não apenas contextos em que a violência emerge, mas complexificar critérios de entendimento e análise deste fenômeno social. Este fenômeno vai muito além do discurso ideológico posto pelo modelo econômico vigente que dita a concepção do senso comum sobre a violência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomar a pergunta norteadora deste trabalho - se há e como se dá a relação entre violência (homicídios) e a vulnerabilidade social, entre os jovens, das famílias associadas à Associação Sol da Manhã, acometidas pela violência no Bairro Barroso, do município de Fortaleza, no ano de 2012 e 2013, percebemos que a pergunta de partida não é tão simples de ser respondida, como parece ser, quando vista aos olhos do materialismo dialético. O modelo neoliberal apresenta respostas imediatistas, quando muito paliativas, o qual construiu e incutiu no imaginário popular como solução para o problema do fenômeno violência à carência e má qualidade da educação e da segurança pública.

Tais questões influenciam sim na relação entre vulnerabilidade social e violência, no entanto, nos parece que a carência e/ou má qualidade dessas duas variáveis não são suficientes para explicar a violência entre os jovens no Bairro Barroso. Primeiro, porque existe algo para além da variável educação, correlacionada com anos de estudo e a renda auferida pelos indivíduos, constatada, nas famílias participantes deste trabalho, materializadas em nosso estudo na sobreposição de carências.

Portanto, a situação de vulnerabilidade social dos jovens assassinados e de suas famílias, no Bairro Barroso, está para além da questão ligada à baixa escolaridade, logo, baixa renda e conseqüentemente suscetibilidade à violência, acarretando assim em um problema que deve ser tratado estritamente pela segurança pública e pela disponibilização de acesso à educação de qualidade.

É inegável que em sociedades onde se fomenta o consumo, de forma exponencial, ao mesmo tempo em que se restringe o acesso aos bens de consumo por meio do dinheiro, a violência irá existir. No entanto, esse fenômeno tanto será mais exacerbado quanto maior for o abismo econômico entre a porção da população que possui maior renda e a que possui menor poder aquisitivo, o que nos parece evidente entre os jovens assassinados, no Bairro Barroso. Tendo em vista que, os jovens fazem parte e circulam por distintas instituições, como a família, o mercado de trabalho e a escola, sendo produtores e consumidores, produzidos e reproduzindo por formas de ser e de pensar ditadas pelo mercado, onde os mesmos respondem ao apelo do consumo, da competitividade, e do individualismo.

Portanto, o fator renda, se configura apenas como a porta de entrada para a condição de vulnerabilidade social destes jovens, caso contrário, recairíamos no reducionismo defendido pelo atual modelo: baixa escolaridade sem qualificação profissional por consequência baixa renda acarretando altos índices de violência. Assim, para se compreender o fenômeno violência entre os

jovens assassinados se fez necessário uma análise a respeito da sobreposição de carências ligadas às políticas públicas, como a disposição de equipamentos sociais e as condições de habitação, de seu núcleo familiar. Tais sobreposições de carências são evidenciadas, a partir do cadastro socioeconômico, por meio das falas das famílias, e pelo referencial bibliográfico. Assim, é possível afirmar que existe uma relação de inúmeros fatores, tais como: socioeconômicos, políticos, históricos e culturais, que condicionavam e ainda condicionam os jovens e suas famílias residentes no Bairro Barroso, a situação de vulnerabilidade social e assim a violência.

Tais fatores supracitados se materializam em relações de exclusão social, através das péssimas condições de habitação, na má qualidade da educação, no desemprego, nos estigmas, na insegurança e na inacessibilidade ao lazer, pois “em um lugar que não há atividades culturais a violência vira espetáculo”. Essas “materializações” permeiam o cotidiano desses jovens, direcionando-os, como constatado, ao tráfico de drogas, seja de forma direta ou indireta o que inevitavelmente os leva a se confrontarem com a violência, vivendo o presente, de forma imediatista sem uma perspectiva de um futuro promissor. Deste modo, a situação de vulnerabilidade social das famílias destes jovens, os direciona para o tráfico de drogas, pois o mesmo acaba por se constituir em uma economia paralela, com lugar importante na geração de renda.

Cabe colocar ainda em relação à violência que, para além da falta de segurança e educação no Bairro Barroso, a compreensão espacial, do residir na periferia de uma determinada cidade, para esta comunidade e especialmente para estas famílias, possui uma ambiguidade de conceitos, e valores, pois não está associada apenas à distância. O conceito de viver em região periférica, despojado de estereótipos pré-concebidos, no sentido literal da palavra quer dizer habitar em qualquer área afastada de determinado centro urbano. Mas o que constatamos, nos olhos da comunidade e das famílias que fizeram parte de nossa pesquisa de campo, foram outros significados. Tais significados carregados de histórias, de muitas lutas, muita tristeza, um sentimento de serem “marginalizados” pela sociedade e pelo poder público, portanto, sentimentos carregados de estigmas.

Nesse sentido, este trabalho buscou também descrever um pouco da realidade “nua e crua”, despojada de “fetichismos”, comumente apresentada apenas em números pelos mais diversos órgãos, por meio de indicadores sociais. Haja vista que, tais números vêm sendo apresentados há décadas e muito pouco tem sido feito. Sendo que, ano após ano, a taxa de homicídios entre os jovens no Bairro Barroso vem aumentando, como os próprios números falam por si só. Situação esta que vem sendo negligenciada pelo Estado, muitas vezes culpabilizando os indivíduos por assim se encontrarem. Assim, de nada resolverá o anúncio, por parte do setor público, de aumentos do

efetivo policial, enquanto o problema (a situação de vulnerabilidade social), não for encarado seriamente pelo Estado a violência no bairro Barroso não irá cessar.

Portanto, dentro desta perspectiva, o fenômeno violência em suas mais variadas formas, aos nossos olhos, nada mais é que uma das inúmeras refrações da questão social. Questão social esta que tem seu nascedouro na luta antagônica travada entre capital e trabalho, materializada aqui na relação existente entre vulnerabilidade social e violência. Tal relação de causalidade e efeito procurou ser desvelada neste TCC através de nossa pesquisa de campo por meio: da técnica observação, pelas falas das famílias, pelo questionário socioeconômico e por meio do referencial bibliográfico.

Por fim, cabe colocar que, quanto ao grau de vulnerabilidade social, em que se encontravam as famílias pesquisadas, observamos um número significativo de estudos, acadêmicos e em instâncias públicas, em nível municipal e estadual, com elaboração de índices²⁹ que buscam mensurar quantitativamente o nível da vulnerabilidade social dos indivíduos. No entanto, dada às dimensões de nosso espaço amostral, optamos por não fazer uso deste mecanismo, mesmo assim achamos por bem deixarmos registrada a possibilidade.

Por fim, este estudo não pretende esgotar a temática, visto que a mesma possui um caráter dinâmico diante das transformações da sociedade, e merece explorações profundas sobre diversos outros aspectos.

²⁹ Podemos citar aqui como exemplos: a Habitafor, o IPECE, o Sistema Estadual de Análise de Dados do governo do Estado de São Paulo (Sead), dentre outros.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho**: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 3ª ed. São Paulo, Cortez. Campinas. Unicamp, 1995.

ARENDT, H. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Metodologia Científica**: Manual para a Elaboração de Textos Acadêmicos, Monografias Dissertações e Teses. Universidade Veiga de Almeida – UVA - Rio de Janeiro. 2008. Disponível em <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/met01.htm>. Acesso em: 03/09/2014

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. **Dicionário de termos técnicos da assistência social**. Belo Horizonte: ASCOM, 2007. 132 p.

BRASIL. **Código Civil**. Coordenação de Maurício Antônio Ribeiro Lopes. 6. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

_____. Lei n. 8.069 - 1990. **Estatuto da criança e do adolescente**. 2ª edição. Brasília: Senado Federal, 1985. 171 p.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção em Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem. Brasília: Ministério da Saúde, Brasília: 2010. p. 132 (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Convênio MDT – DIEESE. **Projeto de Qualificação Social para Atuação de Sujeitos ou Grupos Sociais na Negociação Coletiva e na Gestão de Políticas Públicas**. Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social, Brasília: 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**, Brasília: 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**, 2005.

_____. Presidência da República. Secretaria Geral. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial 2014**. Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – Brasília: Presidência da República, 2015.

CARDIA, Nancy and SHIFFER, Sueli. **Violência e desigualdade social**. Cienc. Cult. [online]. 2002, vol. 54, n.1, PP. 25-31. ISSN 0009-6725.

CARVALHO, Luiza. “Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida”. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº 57. Ano XIX. São Paulo: Cortez, 1998.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis. Vozes 1998.

_____. Robert. **A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”**. Cadernos CRH, nº 26 e 27, pp. 19-40, 1997a.

_____. Robert. As armadilhas da exclusão. In **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997b, pp. 15-48.

_____. Robert. Rupturas irremediáveis: sobre Tristão e Isolda. **“Lua Nova”**: Revista de Cultura e Política. Sujeito e Objeto. n. 43. São Paulo: CEDEC, quadrimestral, 1998b. p. 171-188.

_____. Robert. Da indignância à exclusão, a desfiliação: precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, Antonio (Org.). **Saude loucura 4: grupos e coletivos**. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 21-48.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília. 1993.

DEMO, Pedro. Pesquisa Social. **Serviço Social & Realidade**. Franca, SP, v. 16, n.1, p.11-36, 2008.

_____. Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2ª ed. S.P: Atlas, 1985.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: direito de família**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. v. 5.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 15ª ed. São Paulo: Nacional, 1977.

GIL, Antônio Carlos. **Como laborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002

_____. Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HOBBS, Thomas de Malmesbury. **Leviatã ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva, Editora Abril: São Paulo, 1974 (coleção Os Pensadores).

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**. Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social, 6ª edição. Editora Cortez, 2012.

_____. Marilda Villela. O Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais. In: IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez; Lima/Peru: CELATS, 1982. p. 71-123.

_____. Marilda Vilela e CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 28 ed. Ed. Cortez. São Paulo: 2009.

IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: Edusc; Anpocs, 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Informe nº 43 Edição Especial – Perfil Municipal de Fortaleza.** Tema VIII: O Mapa da Extrema Pobreza. Fortaleza: IPECE, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Informe nº 44 Edição Especial – Perfil Municipal de Fortaleza.** Tema IX: As Condições Domiciliares dos Bairros. Fortaleza: IPECE, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Informe nº 66 – Caracterização Espacial dos Homicídios Dolosos em Fortaleza.** Domiciliares dos Bairros. Fortaleza: IPECE, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Perfil Socioeconômico de Fortaleza.** V.2 - IPECE, 2012 - Fortaleza - CE.

JANCZURA, Rosane. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 301-308, ago./dez. 2012.

MARX; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo, HUCITEC, 1987.

MARX, K, 1987. **O Capital.** Vol 1. Editora Difel. São Paulo

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. Hucitec, São Paulo, 2006.

_____. Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. Maria Cecília de Souza; Ramos, DE SOUZA, Edinilsa. **É possível prevenir a violência?** Reflexões a partir do campo da saúde pública. *Ciência e Saúde Coletiva*, vol. 4, nº 1, PP.7-23, 1999.

_____. Maria Cecília de Souza, 1991. A Violência na Adolescência: Um Problema de Saúde Pública. In: **Cadernos de Saúde Pública** 6 (3). FIOCRUZ. Rio de Janeiro. 1991.

MUNHOZ, Dércio Garcia. **Economia aplicada:** técnicas de pesquisa e análise econômica. Brasília: UNB, 1989.

NETTO, José Paulo, **Capitalismo monopolista e serviço social.** 2ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 1996.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **AVAL Revista Avaliação de Políticas Públicas**, ano I, vol. 1, n.1, jan-jun, 2008b.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Encontro de Ciências Sociais Norte/Nordeste** (8:1997: Fortaleza - CE) Cultura, Narração e Identidade/ Cesar Barreira, Ismael Pordeus Jr. (organizadores). São Paulo: Terceira Margem, 2000.

SILVA, F. S. da. **Violência e desigualdade social:** desafios contemporâneos para o Serviço Social. Ser Social: Desemprego, Desigualdade e Violência, n. 19, jul/dez/2006. p. 31 – 58.

SILVA, Edna Lúcia da e MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação** / Edna Lúcia da Silva, Estera Muszkat Menezes. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121p.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações:** investigação sobre sua natureza e suas causas. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984, (Coleção "Os economistas").

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, jul./dez., 2006, p. 20-45.

YACOUB, Leila Baumgratz Delgado. **Revista em Pauta:** Emprego, desemprego e precariedade do trabalho do Assistente Social. Nº 20. 2007.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2013:** Homicídios e Juventude Brasil/Julio Jacobo Waiselfisz – Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2012.

_____. Julio Jacobo. **Mapa da Violência II:** Os Jovens do Brasil / Julio Jacobo Waiselfisz. Brasília: UNESCO, 2000.

WEBER, Max, 1864-1920. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília (UnB): São Paulo, 1999. 586 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário socioeconômico

<u>Características Gerais das Famílias</u>	
<u>Dados do(a) Responsável da Família</u>	
1. Família: _____	
2. Recebe Bolsa Família (BF) ? Sim__ Não_____	
3. Sexo: Masculino __ Feminino__	
4. Estado Civil: Solteiro(a)___ Casado(a)___ Viúvo(a)___ Separado___ Outro___	
5. Em relação à cor da pele, você se considera: Branco___ Pardo___ Negro___ Amarelo (oriental)___ Vermelho (indígena)___ Prefiro não declarar___	
6. Idade: _____ 7. Estudando: Sim__ Não__	
8. Escolaridade: _____ 9. Estudando? Sim__ Não__	
10. Vínculo Empregatício/ocupação: Sim__ Não__ _____	
11. Quantos indivíduos moram na residência? _____	
<u>Dados do(a) Companheiro(a)</u>	
12. Sexo: _____ 13. Idade: _____ 14. Vínculo Empregatício/ocupação: Sim__ Não__	
15. Escolaridade: _____ 16. Estudando? Sim__ Não__	
<u>Dados da Vítima da Violência</u>	
17. Sexo: _____ 18. Idade do Óbito: _____ 19. Ano do Óbito: _____	
20. Cor. _____	
21. Estudando: Sim__ Não__ 22. Escolaridade: _____ 23. Trabalhava/ocupação: _____	
24. Motivo que levou ao homicídio do seu filho? _____	
25. Causa do Óbito: Arma de fogo___ Arma branca(faca):___ Arma de fogo e arma branca: _____	
<u>Características dos domicílios</u>	
26. Endereço: _____	
27. Condição da Moradia (Ocupante): Adquirida___ Alugada___ Ocupada___	
28. Coabitação: Sim__ Não__	
29. Procedência da Família: _____	
30. Tipologia da Construção da residência: _____	
31. Composição da Moradia (quantidade): Quarto__ Sala__ Cozinha__ Banheiro__ Outros__	
32. Mora em área de risco? Sim__ Não__ Se sim, qual? _____	
Infraestrutura:	
33. Rede de Água? Sim__ Não__	
34. Coleta de Esgoto: Sim__ Não__ Tipo: Fossa____ Rua (via pública)____ Recurso Hídrico (lagoa, rio)____ Outros _____	
35. Rede de energia Elétrica? Sim__ Não__ Tipo: Oficial___ Clandestina___	
36. Pavimentação? Sim__ Não__ Tipo: Asfalto___ Piçara ___ Paralelepípedo___ Outros _____	
37. Destinação do Lixo: Container___ Terreno Baldio___ Outros _____	

Fonte: O autor, 2015.

APÊNDICE B - Roteiro da entrevista

<u>Questões sobre a Disposição de Equipamentos Sociais voltados para os adolescentes do Bairro</u>
1. Existe posto de saúde ?
2. Segurança Pública tem se feito presente? Sim___ Não___
3. Existem locais (parques, ginásios poliesportivos, quadras de futebol), que propiciem atividades de cultura e/ou lazer aos adolescentes do bairro? Sim__ Não__
Caso sim, quais?_____
4. Existem atividades de lazer voltadas para os jovens do bairro? Sim___ Não___
Caso sim, quais?_____
5. Existem oficinas profissionalizantes voltas para os jovens do bairro? Sim__ Não__
Caso sim, quais?_____
6. Existe escola pública de tempo integral? Sim__ Não__
7. Quais os motivos que levam a violência entre os adolescentes no Bairro?_____
8. Como você vê as políticas públicas para combater a violência entre os jovens no Bairro Barosso?_____

Fonte: O autor, 2015.

APÊNDICE C

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Declaro, por meio deste Termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada: Vulnerabilidade Social & Violência desenvolvida por Lourenço Lionzo. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pela Prof^a. Ms. Kelly Maria Gomes Menezes, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (85) _____. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) do objetivo geral, estritamente acadêmico, do estudo que, em linhas gerais, é _____. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa e que minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (sua) orientador (a). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Fortaleza, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do (a) participante:

Assinatura do (a) pesquisador (a):

Assinatura da testemunha:
